

ADVOGADOS

A REVISTA DOS ADVOGADOS DE SERGIPE



ISSN 2674-7588

ELEIÇÕES

Perspectivas e expectativas quanto às eleições em 2021 para a nova diretoria da OAB/SE

CHECKLIST

Juvenal Rocha Neto ressalta o fazer advocatício artesanal para a produção de peças processuais personalizadas

Edson Ulisses de Melo

Desembargador é empossado presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe. Embasado nos alicerces da advocacia, ele propõe uma gestão mais humanizada para o biênio 2021-2023



Gama Citroen

Sua Nova Concessionária em Aracaju

C4 Cactus

Automático 2021

VERSÕES A PARTIR DE

R\$85.490,00
+TAXA ZERO



Saiba mais via WhatsApp



CÂMBIO



RODA



CENTRAL

No trânsito, sua responsabilidade vale vidas.

Valor promocional a partir de R\$85.490,00 à vista para Citroën C4 CACTUS LIVE AUTO 21 ou financiado pelo Banco PSA. Simulação Crédito Direto ao Consumidor pelo Banco PSA para o veículo acima: Entrada de R\$51.294,00 (60%) à vista + 24 parcelas mensais de R\$ 1.589,21. Vencimento da 1ª parcela para 30 dias. Taxa de juros de 0% a.m. e 0% a.a. Valor total do veículo a prazo de R\$89.435,01. Custo Efetivo Total (CET) máximo para esta operação de 0,90% a.m. e 11,30% a.a., com IOF de 3,00% a.a para Pessoa Física. IOF, Cadastro e despesa para constituição da garantia estão inclusos nos cálculos das prestações e CET. Sujeito à aprovação de crédito. Alguns itens podem ser opcionais. Estoque de 02 unidades. Prazo de entrega de 90 dias. 3 anos de garantia nos termos dos respectivos manuais. Consulte os preços das revisões. Promoção para veículos faturados de 02/03/2021 a 01/04/2021 ou enquanto durarem os estoques. Não cumulativa para outras promoções. Atenção: O crédito deve ser usado de forma consciente, portanto antes de contratá-lo verifique se está adequado as suas necessidades financeiras. Banco PSA: Ouvidoria 0800-7719090, SAC Banco PSA - 0800 7715575 e Central de Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala 0800 771 1772.



GAMA

(79) 2106-9635

**ECONOMIA
PRA FRENTE,
TRABALHO
PRA GENTE.**

de
1,2 BI
investidos

NA RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.

*Uma coisa que todo sergipano tem em comum é coragem para encarar os problemas de frente. Por trás da máscara, a gente segue firme, forte e cheio de esperança. Da capital ao interior, Sergipe não para. É por isso, que o Governo do Estado, através do Programa Avança Sergipe trabalha para escrever com você um novo capítulo da nossa história, cuidando de quem mais precisa reconstruindo caminhos para o futuro. São **MAIS DE 1,2 BILHÃO INVESTIDOS NA ECONOMIA**. A jornada ainda é longa. A pandemia não acabou, mas um passo de cada vez e Sergipe avança, você avança, todo mundo avança.*



**AVANÇA
SERGIPE**



SERGIPE
GOVERNO DO ESTADO

A man with a beard and mustache, wearing a dark suit, light blue shirt, and dark tie, stands in a modern office. The office background is visible through a large circular frame. The man is smiling slightly. The overall background of the advertisement is a dark blue with a subtle pattern of concentric circles and lines. A globe icon is positioned to the right of the main text.

Pós

AVANCE
AGORA



Prof. Dr. Ramon Rocha
Procurador do Município de Aracaju

Até

27%

de desconto para
quem tem OAB/SE*

FAÇA SUA PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO NA UNIT E AVANCE AGORA EM SUA CARREIRA.

NETWORKING

É na pós-graduação Unit que você convive com pessoas que possuem o mesmo interesse de atuação que você, ampliando ainda mais a sua rede de contatos profissionais. Essa é a oportunidade ideal para troca de experiências. Além disso, você tem todo o apoio e o suporte de um corpo docente formado, em sua maioria, por mestres e doutores com vasta experiência de mercado.

SALTO NA CARREIRA

Com a pós-graduação Unit, você se torna um especialista! O mercado de trabalho está cada vez mais competitivo e exige de você atualizações constantes. E na Unit, você tem tudo para ampliar a sua visão enquanto profissional e se especializar na área jurídica que mais te interessa.

DIPLOMADO UNIT TEM 20% DE DESCONTO DURANTE TODO O CURSO**

Após concluir a sua graduação na Unit, você tem direito a 20% de desconto em qualquer curso de pós-graduação *latu sensu*. Essa é a sua chance de fazer a diferença no mercado.

**Consulte regulamento no site unit.br/regulamentos



* PARA MAIS INFORMAÇÕES, CONSULTE O TERMO DE PARCERIA NO SITE UNIT.BR/POS

UNIT.BR/POS

Unit

UNIVERSIDADE
TIRADENTES



48



20



44



30

índice

- 10 Geral**
Eleições e o destino da OAB/SE em 2021
- 12 Registrando**
O setor jurídico em Sergipe e no Brasil
- 16 Entrevista**
Edson Ulisses de Melo destaca o desafio à frente do TJSE
- 20 Capa**
Nova Diretoria é empossada no Tribunal de Justiça de Sergipe
- 24 Depoimentos**
Personalidades sergipanas homenageiam Edson Ulisses
- 26 Trajetória**
De advogado a magistrado: a carreira de Edson Ulisses de Melo
- 30 Geral**
O biênio de sucesso de Osório Ramos Filho como presidente do TJSE
- 32 Geral**
TRT20 agora está sob o comando de Fabio Túlio Ribeiro
- 34 Checklist**
O fazer advocatício artesanal de Juvenal Rocha Neto
- 40 Dire(i)to de Brasília**
Marcelo Montalvão apresenta as últimas notícias da Capital do País
- 34 Artigo**
"Tributação dos super-ricos" é o tema abordado por Cláudio Nunes

- 44 Geral**
Luciano Bispo toma posse novamente como presidente da Alesse
- 46 Direito Processual na Veia**
"Loteria Pretoriana", por Rodolfo Siqueira Pinto
- 48 Fórum Social**
Lançamento da 8ª edição da Revista Advogados
- 52 Contraponto**
Dois pontos de vistas sobre a nova Lei de Licitações
- 55 Geral**
Ações da OAB/SE em 2020 são apresentadas em boletins on-line
- 56 Geral**
Clarisse Ribeiro assume vaga de juíza titular do TRE/SE
- 58 Fórum Social**
OAB/SE comemora 85 anos com Sessão Solene
- 60 Geral**
TCE/SE define linhas de ação para este ano
- 62 Geral**
Retomado o debate sobre Casa da Mulher Brasileira em Sergipe
- 64 Style**
Toda a discrição e a elegância do terno para juristas
- 66 Conexão Live**
Dicas turísticas e de produtos de ótima qualidade para quem quer viver com estilo
- 68 História**
Conheça quem foi Sinval Palmeira
- 70 Artigo**
Carlos Pinna Junior assina "Desenvolvimentismo, protecionismo e os ventos da esperança"
- 72 Artigo**
"O administrador estoico", por Diego da Costa



SEGMENTANDO SUA MÍDIA

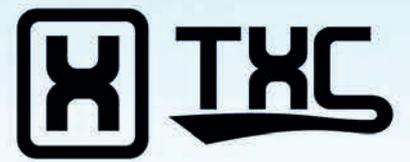
Tel. 79 9.9946-3934



@remacrecomunicacao



FALE PARA O PÚBLICO COM PODER DE COMPRA



CONECTE O SEU
ESTILO COM O "X".

APRESENTE A SUA CARTEIRA
DA ORDEM E GANHE **10%** DE
DESCONTO EM NOSSA LOJA.

 @TXCBRAND
@TXC.ARACAJU

 (79) 99988-0818

 RUA DEP. EUCLIDES PAES
MENDONÇA, 142, ARACAJU-SE

Em 2021, um novo e importante capítulo na história do TJSE



A nona edição da **Revista Advogados** está recheada de boas matérias com informações do que acontece no universo jurídico tanto em nível estadual quanto nacional. Como destaque, o registro de mais um importante capítulo da história do Poder Judiciário sergipano com a posse do novo presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). Agora é a vez do desembargador Edson Ulisses de Melo comandar a entidade pelo período de dois anos.

Um tema tão relevante para o segmento jurídico do Estado merece estar em evidência. Assim, nossa publicação traz conteúdo especialíssimo sobre o magistrado com matérias a respeito da cerimônia de posse, da trajetória profissional e de vida dele, e ainda uma entrevista exclusiva, na qual Edson Ulisses revela as inúmeras proposituras para o mandato que durará até 2023. Sem esquecer dos depoimentos de personalidades públicas que, representando a sociedade sergipana, parabenizaram o novo presidente do TJSE.

Além disso, esta edição apresenta o advogado Juvenal Rocha Neto, que é personagem do espaço Checklist. Nele, o jurista trata de um assunto interessante: o fazer advocatício artesanal. Esclarece, entre muitas outras questões, que atuar dessa forma é um diferencial a imprimir ainda mais qualidade ao trabalho, à medida que produz peças processuais personalizadas.

E não para por aí. Há matérias sobre a posse da advogada Clarisse Ribeiro como desembargadora do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE); a posse de Fabio Túlio Ribeiro como presidente do Tribunal Regional do Trabalho / 20ª Região (TRT-20); uma retrospectiva da gestão de Osório de Araújo Ramos Filho, agora ex-presidente do TJSE; as perspectivas e expectativas quanto às eleições em 2021 para a nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE) e muito mais.

Há, até mesmo, uma matéria sobre moda. O assunto? A importância do uso do terno para advogados, magistrados, procuradores, entre outros profissionais do segmento jurídico. A vestimenta que transmite elegância e discrição é essencial na construção da imagem positiva que o profissional das leis precisa passar para clientes, colegas e juízes. Confira!

Então, faça uma boa leitura e até a próxima edição.

Clóvis Remacre Munaretto

Publisher da Revista Advogados

ADVOGADOS
A REVISTA DOS ADVOGADOS DE SERGIPE

Publisher

Clóvis Remacre Munaretto
clovisremacre@yahoo.com.br

Jornalista Responsável

Laudicéia Fernandes (DRT/SE 945)
laufernandes22@hotmail.com

Projeto Gráfico/Diagramação

Josué Jackson

Diretor Comercial

Clóvis Remacre Munaretto
(79) 99946-3934

Contato Comercial

Celso Alexandre Teixeira
(79) 99946-4556

Conselho editorial

Laudicéia Fernandes
Clóvis Remacre Munaretto
Ivone Freitas Munaretto
Clair de Fátima R. Munaretto Lima

Impressão

Tiragem desta edição:
5.000 exemplares



Diretor executivo

Clóvis Remacre Munaretto

Diretora financeira

Ivone Freitas Munaretto

Remacre Comunicação

Rua Manoel Andrade, 1.795,
Bairro Coroa do Meio
CEP: 49035-530 - Aracaju/SE
Tel.: (079) 99946-3934

L Brasil

R. Deputado Carlos Correia, 399, SL 02
CEP: 49075-160 - Aracaju/SE
CNPJ: 22.589.043/0001-97

Sercore Artes Gráficas

R. Prof. José de Lima Peixoto, 43 - D.I.A.,
Aracaju-SE
Tel.: (79) 2106-9800/2106-9801
vendas@sercore.com.br
CEP 49040-510
Insc. Est. 27.050.517-2
CNPJ 13.080.676/0001-84
Insc. Mun. 1992-9

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da Editora Remacre Comunicação



PENSOU
CHURRASCO.
PENSOU
FUEGO.

Válido até dia 30/08/19. Exceto feriados.



FUEGO
CHURRASCARIA

Garcia • 3027.2700

  fuegochurrascaria

Eleições definem futuro da OAB/SE em 2021

Nos bastidores, alguns nomes estão sendo sugeridos. Cogita-se que as campanhas devem buscar a juventude advocatícia sergipana

As eleições para a composição da nova diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE) para o triênio 2022-2024 vão acontecer em novembro deste ano. Ainda não há uma data definida para o novo pleito eleitoral, mas já começam a existir diversas especulações sobre quais nomes possivelmente concorrerão ao cargo de presidente da entidade.

Nos bastidores, aliás, já se percebe o movimento de alguns grupos interessados em participar das eleições para o comando da OAB/SE nos próximos três anos. Isso significa que, pelo jeito, as discussões sobre as propostas para “um novo tempo da advocacia sergipana” prometem ser iniciadas mais cedo neste 2021.

Nas últimas eleições, em novembro de 2018, um total de 5.488 eleitores foram às urnas. Para o triênio 2019-2021, eles elegeram Inácio Krauss com 2.199 votos, o equivalente a 40% dos votos válidos. Os então adversários do atual presidente foram Carlos Augusto Monteiro Nascimento, que obteve 1.852 votos (34%), e Arnaldo Machado, que foi o escolhido de 1.307 advogadas e advogados do Estado (24%).

Infelizmente, o pleito eleitoral na OAB/SE não tem tido participação maciça dos associados. Com mais de 10 mil inscritos na Ordem, pouco menos de 55% deles votaram nas últimas eleições. Então, é preciso se mobilizar com certa antecedência para conquistar a confiança e os votos desses eleitores, e também dos que, em geral, optam pela abstenção. Neste ano, é necessário incentivar que mais advogadas e advogados vão às urnas, para que, de fato, a maioria da advocacia sergipana possa definir o futuro da entidade. Especialmente nestes tempos atípicos, em que a pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, impactou a vida e a rotina das pessoas.



Nas eleições passadas, em 2018, do total de mais de 10 mil inscritos na OAB/SE, apenas 5.488 eleitores foram às urnas

Cientes disso, alguns grupos já começaram a fazer reuniões, a fim de definir pautas de discussões sobre nomes que sejam fortes candidatos. A gestão atual, pertencente ao grupamento que está no comando da OAB/SE há cerca de 25 anos, ainda não definiu nomes para a disputa. Cogita-se, porém, que pode haver surpresas para a composição da chapa. Por outro lado, nos bastidores, os grupos de oposição especulam novos nomes, como forma de trazer um “frescor” para a administração da Ordem em Sergipe. Com isso, querem conquistar a juventude advocatícia, o que, aliás, parece encaminhar o tom das campanhas com foco nos jovens profissionais.

A Revista Advogados vai acompanhar o desenrolar desses movimentos a caminho das Eleições OAB/SE 2021 e trará mais notícias nas próximas edições e também no Instagram (@revistaadvogados.se). Então, fique atento!



EVEREST

RESIDENCE

IMPONÊNCIA E
ELEGÂNCIA
NO MAIS
ALTO NÍVEL



A PARTIR DE 136 M²

Nº JARDIM EUROPA

3 SUÍTES



O SEU JEITO
DE VIVER
ATALAIA.

Sky

RESIDENCE



A PARTIR DE 131 M²

FRENTE PARA O MAR

3 OU 4 QUARTOS



 **VALOR** CRECI Nº 251
CENTRO DE SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

VENDAS

9 9978 - 4222
9 9985 - 4222



ESCANEE
E FALE
CONOSCO
PELO
WHATSAPP.



Gustavo Rollemberg é aprovado no exame da OAB

O universo jurídico sergipano acaba de receber mais um advogado. Gustavo Henrique dos Santos Rollemberg foi aprovado no XXXI Exame da Ordem dos Advogados (OAB), referente ao ano de 2020, realizado em 6 de dezembro. A lista com o resultado da 2ª fase do exame foi divulgada no dia 11 de janeiro deste 2021 pela Coordenação Nacional do Exame de Ordem Unificado, além do padrão de resposta definitivo. Formado pela Universidade Tiradentes (Unit) desde o ano passado, Gustavo é filho de Maria Helenita Rollemberg e do médico Francisco Rollemberg, ex-senador por Sergipe. Na foto, Gustavo (à direita) está ao lado de Inácio Krauss, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE). Parabéns pela conquista e muito sucesso!



ARQUIVO PESSOAL



ARQUIVO PESSOAL

Parabéns pela aprovação no exame da OAB, Wagner Quintela!

Quem também passou no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil foi Wagner Mota Quintela. Formado em julho de 2020 no curso de Direito pela Faculdade Pio Décimo, Wagner também é empresário e traz no currículo atuações na política partidária em Rosário do Catete, distante 37 quilômetros de Aracaju. Nascido no Rio de Janeiro, ele tem laços antigos com Rosário, onde residiu. Vale destacar que herdou do pai, Demóstenes Alves Quintela, o gosto pela política e pela oratória. Não à toa, aos 18 anos, foi eleito o vereador mais jovem da cidade. Posteriormente, atuou como prefeito e vice-prefeito. Em 2016, assumiu novamente uma cadeira na Câmara de Vereadores, cargo que ocupou até o ano passado. Agora, trilha um novo caminho na advocacia. Parabéns e boa sorte!

OAB/SE e Jusbrasil se reúnem para viabilizar benefícios para a advocacia

Inácio Krauss, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE), Luiz Paulo, cofundador do Jusbrasil, e Thiago Noronha, presidente da Comissão de Gestão, Empreendedorismo e Inovação da OAB/SE, discutiram uma parceria entre a Ordem e o Jusbrasil. O objetivo é que, através do convênio, o Jusbrasil proporcione à advocacia alertas gratuitos para publicações em diários oficiais. Isso significa que o benefício vai garantir aos advogados e advogadas ativos na Ordem o recebimento de alertas diários relacionados aos processos. Para Inácio Krauss, trata-se de um benefício inovador e extremamente salutar para o exercício profissional da classe. “É importante que a classe atualize os dados cadastrais na Ordem, especialmente o e-mail, para garantir o recebimento das publicações diárias”, recomenda o presidente da OAB/SE.



Ascom/OAB-SE

Diego da Costa lança “Administração em pauta”

Em outubro de 2020, o administrador Diego da Costa lançou o livro “Administração em Pauta”, durante um coquetel para 70 pessoas no Hotel do Sesc Atalaia, em Aracaju. Destaque que foram seguidos todos os protocolos sanitários de segurança e prevenção para evitar o contágio do novo coronavírus, causador da Covid-19.



Arquivo Pessoal

Segundo o escritor, que tem especialização em Gestão de Marketing e MBA em Gerenciamento de Projetos, a publicação é dividida em três partes: conceitos, prática e dia a dia. Nela, há diversos textos sobre administração com uma linguagem simples e direta. Aliás, você pode conferir um desses textos nesta edição da **Revista Advogados**.

Mais uma vez, TJSE é reconhecido como um dos melhores do País

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou no dia 27 de novembro, durante o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, os vencedores do Prêmio CNJ de Qualidade em 2020. O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) foi reconhecido, mais uma vez, como um dos melhores do Brasil com o Selo Ouro. O desembargador Osório de Araújo Ramos Filho (foto), então presidente do TJSE, comemorou o resultado. “Em um ano muito difícil, com as dificuldades impostas pela pior pandemia da história da humanidade, conseguimos, todos unidos, servidores e magistrados, manter o Tribunal de Justiça de Sergipe, entre os melhores do País. O Judiciário sergipano entendeu, ao longo de diversas gestões, que a eficiência e a excelência nos serviços prestados à população somente seriam possíveis por meio da implementação de uma cultura de planejamento consistente, sem solução de continuidade e com metas claras e objetivas. Estamos todos de parabéns, mas o verdadeiro vencedor é o povo de Sergipe, que conta com uma das melhores Justiças do Brasil”, argumentou, feliz.



Ascsm/TJSE

Acese finaliza campanha de sucesso Natal Premiado 2020

A Associação Comercial e Empresarial de Sergipe (Acese) realizou uma campanha histórica: o Natal Premiado 2020. A ação foi encerrada no dia 14 de janeiro deste ano e chegou a quase 300 mil cupons para o sorteio inédito de um carro zero km. “Entregamos as chaves para a vencedora, Fátima Barreto, e os cheques de R\$ 1 mil para as vendedoras sorteadas”, explica Marco Pinheiro, presidente da Acese. Ele ressalta que o grande sucesso da ação se deve às parcerias com a Federação do Comércio de Sergipe (Fecomércio/SE), Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), BaneseCard, TKS e TV Atalaia. “Certamente, vamos fazer ações ainda maiores para ajudar o comércio do nosso Estado. Contem com a Acese!”, assegura Marco Pinheiro.



Ascsm/Acese

E simples ser feliz

Casa de Bolos
Bolos caseiros feitos com carinho

Rua Lagarto, 2076 - Loja 01 - São José | Tel.: (79) 3012-1855
Rua José Carvalho Pinto, 280 - Aracaju Boulevard - Jardins
Tel.: (79) 3023-2722

f /CasadeBolosFranquia www.casadebolos.com.br

SOLIDARIEDADE E AMOR

A Creche Ação Solidária Almir do Picolé atende 94 crianças atualmente. Colabore e chame os amigos para conhecer esse lindo projeto.

Sua doação fará toda a diferença

BANESE
Agência: 035
Tipo: 03
Conta-corrente: 101.470-7

BANCO DO BRASIL
Agência: 2346-9
Conta-corrente: 20074-3

CAIXA
Agência: 4408
Operação: 03
Conta-corrente: 786-6



Unimed Sergipe e Coopanest/SE firmam parceria histórica

A Unimed Sergipe e a Cooperativa dos Anestesiologistas de Sergipe (Coopanest/SE) firmaram, no dia 13 de janeiro de 2021, em cerimônia restrita devido à pandemia causada pela Covid-19, um contrato de parceria de prestação de serviços. O contrato, assinado pela diretoria da Unimed e por Roberto Santos Menezes, presidente da Coopanest/SE, trará uma série de benefícios para os usuários da empresa. Agora, os clientes da Unimed que buscam realizar procedimentos cirúrgicos não terão mais que arcar com os custos dos anestesistas. Além disso, o contrato garante que os serviços de anestesia tenham cobertura pelos planos da Unimed Sergipe, quando realizados por profissionais cooperados no Hospital Unimed e demais unidades credenciadas à rede de prestadores.

STF confirma decisão que igualou teto remuneratório no Poder Judiciário 1

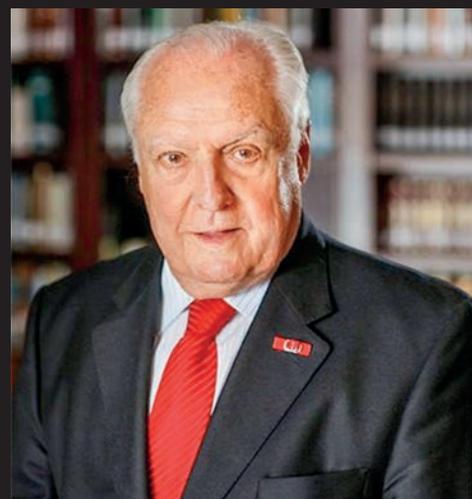
O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedentes duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs 3854 e 4014) ajuizadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pela Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages) para declarar que o estabelecimento de um subteto para juízes estaduais diferente do teto remuneratório da magistratura federal viola o caráter nacional da estrutura judiciária brasileira previsto na Constituição Federal. A decisão, por maioria de votos, se deu na sessão virtual finalizada em 4 de dezembro de 2020 e confirma liminar concedida pelo Plenário na ADI 3854.

STF confirma decisão que igualou teto remuneratório no Poder Judiciário 2

O subteto salarial para a magistratura estadual, correspondente a 90,25% dos vencimentos dos ministros do STF, foi estabelecido pelas Emendas Constitucionais (EC) 41/2003 e 47/2005 e regulamentado em resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Agora, ao julgar o mérito das ADIs, a Corte confirmou esse entendimento. A decisão seguiu o voto do ministro Gilmar Mendes (relator). “Os magistrados federais e estaduais, embora pertencendo a ramos distintos da mesma estrutura judiciária, desempenham iguais funções, submetidos a um só estatuto de âmbito nacional, sem qualquer superioridade de mérito suficiente a justificar o tratamento diferenciado na definição do teto remuneratório”, afirma o ministro. Para ele, entendimento em contrário fere o princípio constitucional da isonomia.

Morre aos 86 anos o advogado e professor René Ariel Dotti

O advogado René Ariel Dotti, professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), morreu na manhã do dia 11 de fevereiro aos 86 anos. A morte ocorreu por causas naturais. Dotti se graduou em Direito na UFPR em 1958. Foi docente de Direito Processual Penal no curso de pós-graduação até se tornar titular de Direito Penal. Também atuou como coordenador didático do curso de especialização em Advocacia Criminal da Faculdade Cândido Mendes Paraná. Bastante conhecido pela advocacia sergipana, ele teve a morte lamentada por várias autoridades do mundo jurídico do Estado e de todo o Brasil. “O professor Dotti deixa um exemplo de retidão, de compromisso com o Estado democrático de Direito e de coragem em defesa das garantias fundamentais de brasileiros de múltiplos setores da sociedade”, disse o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal.



A Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE) e a Caixa de Assistência dos Advogados de Sergipe (CAASE) parabenizam o desembargador Edson Ulisses de Melo como o novo presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE).

Referência em ética e competência, o magistrado possui trajetória profissional embasada na advocacia sergipana, tendo contribuído – e muito – para o engrandecimento da Ordem no Estado.



“Vamos humanizar ainda mais o Judiciário”

Desembargador Edson Ulisses de Melo assume a presidência do TJSE e deseja aproximar o Judiciário da sociedade

POR LAUDICÉIA FERNANDES

O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) tem novo presidente: o desembargador Edson Ulisses de Melo. Ele assumiu o comando do Judiciário sergipano no dia 1º de fevereiro para o biênio 2021-2023. Com um discurso democrático e conciliador, fala em aproximar mais o Judiciário da sociedade, para que ela o enxergue como um instrumento de pacificação. “Juiz não é um ser encastelado, que não deve ser acessado pelas pessoas. Tem seus momentos de assumir a toga e proferir uma decisão, mas, também, é um cidadão comum. Ele tem seu lado humano e de participante da sociedade”, argumenta.

Nesta entrevista, concedida com exclusividade à **Revista Advogados**, o novo presidente do TJSE destaca a proposta dos primeiros 100 dias de administração, quando pretende implantar ações que vão humanizar ainda mais o Judiciário. Ele aponta, por exemplo, melhorias na comunicação interna e externa, tudo em busca da maior transparência possível. Também quer incorporar iniciativas de valorização da cultura.

Além disso, o desembargador Edson Ulisses de Melo ressalta a importância do teletrabalho em tempos de pandemia. Segundo ele, é um trabalho que deve ser valorizado, priorizado num processo de aperfeiçoamento, com regras próprias. E mais: ele comenta sobre violência contra a mulher e Sistema Prisional Brasileiro. Ah, e falou também sobre o novo livro que está escrevendo. Acompanhe a entrevista a seguir. Boa leitura!

Revista Advogados – O senhor é um magistrado com atuações em diversos setores jurídicos sergipanos, destacando-se em vários cargos. Agora, foi eleito como presidente do TJSE. O que significa essa conquista em sua carreira e qual será sua linha de administração ao longo do seu mandato?

Edson Ulisses de Melo – Essa conquista significa que cheguei caminhando, dando passos fortes e com a cabeça erguida. Já a minha linha de administração é de diálogo, de busca da cidadania, de mostrar o Poder Judiciário à sociedade. Fazer com que a sociedade enxergue o Judiciário como um instrumento de pacificação. Trazer para a sociedade uma visão mais clara dos procedimentos judiciais. Juiz não é um ser encastelado, que não deve ser acessado pelas pessoas. Tem seus momentos de assumir a toga e proferir uma decisão, mas, também, é um cidadão comum. Ele tem seu lado humano e de participante da sociedade. Então, minha

proposta é criar uma relação de proximidade entre o Judiciário e a sociedade, fazendo com que ela o enxergue como um parceiro, um elemento de solução de problemas, trazendo uma mensagem de esperança, de expectativa de ter do Judiciário uma segurança nas suas relações. Quero mostrar isso do ponto de vista dos direitos humanos e, assim, humanizar o Judiciário.

Revista Advogados – Quais as ações previstas para acontecerem neste primeiro ano de sua gestão?

EUM – O Poder Judiciário, hoje, se guia por uma linha que se chama Planejamento Estratégico. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) estabelece regras que têm vigência quinquenal. Os padrões são estabelecidos de uma forma genérica, e os tribunais, dentro de uma linha de pensamento filosófico aberta, vai traçando suas próprias linhas, mas sem perder o viés traçado pelo CNJ. Dentro desse programa, pretendemos desenvolver toda



essa linha de raciocínio, não somente da cultura, como da cidadania, direitos humanos. E, nesse primeiro momento, vamos verificar, através de um diagnóstico, o que foi feito em todas as áreas do Tribunal, e fazer a entrega de elementos que estejam represados. Temos uma proposta de 100 dias para fazer a entrega de muita coisa. Por exemplo: remodelar o processo de comunicação com a mídia, estabelecer um diálogo com os servidores, levar as estruturas do Tribunal para o Interior, para que os servidores de lá possam conhecer a área médica, por exemplo. Fazer programas de interiorização, programas de comemorações, ampliar o combate a determinadas doenças. Criar uma rede de comunicação entre os servidores, a sociedade e o Poder Judiciário. Temos uma programação de que os servidores possam ter um canal direto com o presidente, mediante agendamento. Isso leva a uma maior transparência do Judiciário. O gabinete estará aberto para receber a sociedade.

Revista Advogados – Foi publicada Resolução que regulamenta o teletrabalho nas unidades administrativas do TJSE. Inclusive, de forma inédita, sua posse foi realizada virtualmente. Como será, para o senhor, o desafio diante desse novo cenário, em que muitas atividades passaram a ser virtuais?

EUM – A pandemia trouxe muitas dificuldades para a sociedade. Por outro lado, trouxe também aprendizado. Percebemos que essa pandemia levou o homem a se reinventar, a pensar em instrumentos capazes de superar as dificuldades. Então, o trabalho virtual foi algo que se projetou durante a pandemia. Para você ter ideia, o Tribunal de Justiça de Sergipe passou a produzir muito mais do que quando estava no regime presencial. Acho que o [trabalho virtual] deve ser valorizado, priorizado num processo de aperfeiçoamento, com regras próprias, estabelecimento de um horário, inclusive, para que o serviço não se faça desconectado. Há um processo evolutivo de que se faça parâmetros para que esse trabalho – teletrabalho ou serviço home office – se dê de forma a propiciar ganhos. E eu tenho procurado “beber” da experiência de Sergipe, que é um Estado em que o Tribunal tem tido vitórias retumbantes não só na área de jurisdição, mas, também, administrativa. É claro que ainda há uma dificuldade na instrução do processo, porque ainda se conta com a dificuldade da parte, do réu ou da vítima, das testemunhas. Mas é um processo evolutivo.

Revista Advogados – Mais uma vez, o TJSE foi reconhecido como um dos melhores do País através do Prêmio CNJ de Qualidade 2020 do Conselho Nacional de Justiça. Quais são as ações do seu plano de gestão para a manutenção desse prêmio?

EUM – Pretendemos dar maior qualidade a todos os nossos trabalhos. Sabemos que esse êxito do trabalho se faz aos poucos, cada um vai colando seu tijolo, a sua contribuição, e o Tribunal vai crescendo. Eu espero continuar contribuindo nessa caminhada de valorização. A ideia de criar espaço para a cultura, para o diálogo, para a cidadania, não irá de maneira nenhuma modificar essa linha de trabalho. Vamos continuar seguindo as orientações e as resoluções do CNJ, atingindo as metas. A expectativa, então, é continuar ganhando esses prêmios.

Revista Advogados – Recentemente, o Tribunal de Justiça de Sergipe confirmou adesão ao programa Fazendo Justiça, cujo objetivo é melhorar o sistema carcerário no País. Na sua visão, quais são as melhorias previstas para o Estado no âmbito judiciário e quais os principais desafios para a execução delas?

EUM – O que tem sido feito no Judiciário é a criação de mecanismos que facilitem a tramitação dos processos. Por exemplo, na execução da pena, os processos de contagem de prazos, para que não haja prejuízos para os encarceramentos. Hoje, alguém que tem um processo é condenado, mas, por acaso, foge do distrito da culpa,



Nesse primeiro momento, vamos (...) fazer a entrega de elementos que estejam represados. Temos uma proposta de 100 dias para fazer a entrega de muita coisa

pode ser encontrado em qualquer lugar do Brasil por um sistema que permite a distribuição dessas ordens judiciais de prisão em todo o País. Está interligado por vários meios virtuais. Existem mecanismos de aperfeiçoamento não só do sistema de assistência ao encarcerado, como, também, de aplicação da sanção. Há um aparelhamento do Judiciário brasileiro como um todo, no sentido de melhor prestar a jurisdição, mas, também, de melhor assistir aqueles que estão pagando suas penas. Ainda temos um sistema prisional bastante superlotado. O Supremo Tribunal Federal, por exemplo, tem decidido, nos últimos tempos, que, nas casas de acolhimento, onde a população seja superior à capacidade, que os infratores sejam liberados para cumprir as penas de outra forma, no meio aberto, com penas alternativas, aplicação de tornozeleira eletrônica e de prisão domiciliar. Foi muito usado em decorrência da Covid-19.

Revista Advogados – A violência contra a mulher e o feminicídio, como o que ocorreu com a juíza Viviane do Amaral Arronzenzi na véspera de Natal no ano passado, são crimes em crescimento e recorrentes em todo o Brasil. Agora, são alvos de planos de ação de diversos tribunais no País, inclusive, no de Sergipe. Quais medidas e ações serão implementadas em sua gestão relacionadas a essa questão?

EUM – Temos uma Coordenadoria da Mulher que vem recebendo prêmios pela sua ação em defesa da mulher, em combate à violência contra a mulher. Entendo que não é somente a lei que vai criar essa alteração na cultura machista. É um passo importante, mas tem que se trabalhar a questão por lado educacional. Você tem que ensinar a criança que não há diferença entre homem e mulher, a não ser física. Sob minha orientação, o Judiciário vai encontrar modos de influenciar o processo educacional. A Coordenadoria da Mulher, na pessoa da Dra. Rosa Geane Nascimento, tem feito um trabalho em rede, no sentido de que se inclua na educação básica a orientação de que não há inferioridade nem superioridade entre homem e mulher. Nossa proposta é essa superação. Claro que não se faz isso em uma gestão. Isso é um processo cultural que, para superar, leva décadas, até séculos.

Revista Advogados – O senhor é membro da Academia Sergipana de Letras desde julho de 2017, quando assumiu a cadeira de número 26. Sua linha

é voltada para a cultura popular, com a publicação de alguns livros, como “Reflexões Cidadãs” e “Sabedoria Popular”, este último já em sua segunda edição. O senhor, enquanto presidente, tem projetos para valorizar a cultura no Estado alinhada ao Tribunal de Justiça?

EUM – A vertente dessa gestão é a valorização da cultura. Inclusive, a

cultura popular. Toda cultura por mais elevada que seja, ainda que seja clássica, bebe na cultura popular. Queremos fazer a aproximação [do Judiciário] com a sociedade como um todo também através de movimentos culturais. Como, por exemplo, promover semanas culturais, divulgar nomes de talentos sergipanos que se destacaram na área jurídica no Brasil e fora do País, comemorar o dia do aniversário de Tobias Barreto de Menezes, um vulto internacional do Direito brasileiro e que era sergipano, de Gumersindo Bessa, Armindo Guaraná, tantas pessoas importantes do Estado de Sergipe que a gente não vê comemorar. Fazer comemorações alusivas na cidade onde a pessoa homenageada nasceu. Também iremos comemorar os atos pertinentes à gestão do próprio Tribunal – por exemplo: não vi ainda uma comemoração festiva do aniversário do Tribunal de Justiça, com palestras – e fazer com que a sociedade participe. Além disso, temos uma proposta de criar uma premiação de Jornalismo, publicar trabalhos de jovens acadêmicos na área jurídica em revistas. Também pretendemos levar o povo para conhecer o Arquivo, para que estudantes possam fazer pesquisas. A mesma coisa com o Memorial, para trazer as datas históricas, para valorizar o Arquivo, um elemento importantíssimo. Pretendemos criar um calendário de comemorações. Em dezembro, por exemplo, começaríamos com o aniversário do Tribunal de Justiça, que é dia 8, e culminava com a Cantata de Natal, que é no dia 29 de dezembro.

Revista Advogados – Para finalizar a entrevista, ainda seguindo a linha literária, o imortal Edson Ulisses de Melo tem alguma obra para ser lançada em breve?

EUM – Sim, tenho. Estou preparando um livro de crônicas. São inspiradas no bucolismo. Por exemplo: me inspirei na metamorfose das borboletas para falar do coronavírus, a metamorfose que a Covid-19 trouxe para nossas vidas. Acredito que será uma leitura prazerosa e reflexiva. Deve ser lançado no próximo ano. Não posso falar mais nada (risos).

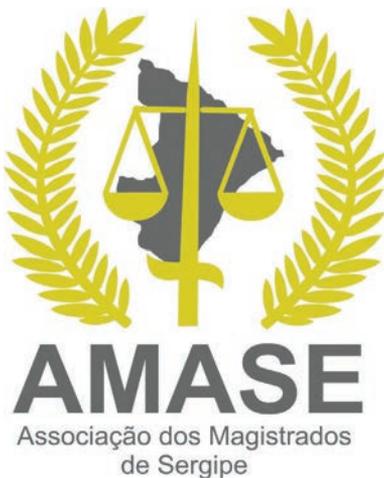


Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos,
Vice-presidente

Edson Ulisses de Melo,
Presidente

Diógenes Barreto,
Corregedor-geral da Justiça

A Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase) parabeniza a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça do Estado, composta pelo Presidente Edson Ulisses de Melo, a Vice-presidente Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos e o Corregedor-geral da Justiça Diógenes Barreto. Também almeja que a nova gestão seja de muito êxito, consolidando ainda mais o Judiciário sergipano como um dos melhores do País.



EDSON ULISSES DE MELO ASSUME COMO O NOVO PRESIDENTE DO TJSE

Mesa Diretora composta também pelos desembargadores Ana Lúcia Freire dos Anjos e Diógenes Barreto foi empossada para o biênio 2021-2023

Edson Ulisses se mostrou feliz e honrado ao receber o diploma como presidente do TJSE

O Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) realizou a posse da nova Mesa Diretora para o biênio 2021-2023. A sessão solene foi realizada no fim da tarde do dia 1º de fevereiro, por videoconferência, com transmissão ao vivo pelo canal do TJSE no YouTube. O desembargador Edson Ulisses de Melo assumiu como presidente, enquanto os colegas magistrados Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos e Diógenes Barreto foram empossados, respectivamente, como vice-presidente e corregedor-geral da Justiça. Eles foram eleitos no dia 4 de outubro de 2020.

A solenidade teve início com uma apresentação do Quinteto de Cordas da Orquestra Jovem de Sergipe. Mesmo sendo realizada por videoconferência, foi prestigiada por inúmeras autoridades. Entre elas, Belivado Chagas, governador de Sergipe; Edvaldo Nogueira, prefeito de Aracaju; Luciano Bispo, presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese); Flávia Pessoa, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); entre outros.

Edson Ulisses de Melo sucede o desembargador Osório de Araújo Ramos Filho. O agora ex-presidente afirmou que completou o biênio com uma gestão digna, impessoal e cheia de bons resultados. “[Estou] Convicto de



que administrei essa instituição e seus servidores com profundo respeito à coisa pública, cumprindo a Constituição e as leis”, destacou Osório de Araújo Ramos Filho.

Vale destacar que o novo presidente do TJSE creditou ao antecessor o fato de o Tribunal ser destaque nacional como um dos melhores tribunais do País. “Fomos, graças a essa competente equipe que compõe o Tribunal de Justiça de Sergipe, Selo Diamante em 2019 e, neste ano atípico, Selo Ouro, além de atingirmos as metas do CNJ, fazendo aqui questão de deixar registrada a competência do desembargador Osório de Araújo Ramos Filho na condução da sua gestão”, disse.



Desembargador Edson Ulisses de Melo: “Um Judiciário para todos”

independente, não se têm garantidos os direitos na sua verticalidade e horizontalidade. Um Judiciário para todos”, ressaltou.

A agora vice-presidente Ana Lúcia Freire dos Anjos destaca que os integrantes do TJSE trabalham sempre juntos para fazer o melhor para Sergipe. E, segundo ela, fazer parte do Tribunal de Justiça já é uma honra muito grande. Inclusive, lembrou que iniciou a carreira estagiando na instituição. “Um dos méritos do nosso Tribunal é que as gestões se complementam. Tivemos grandes Mesas Diretoras, e essa continuidade reflete o que somos”, disse Ana Lúcia. Já o corregedor-geral Diógenes Barreto declarou que a nova Mesa Diretora vai seguir à risca o Planejamento Estratégico do Tribunal. “Uma das nossas metas é aperfeiçoar o controle da produtividade dos magistrados”, afirmou.

É importante dizer que Edson Ulisses quer reunir essas expertises todas em favor de uma gestão eficaz e capaz de servir cada vez melhor os sergipanos e a sergipanidade. Otimista, o novo presidente disse que a pretensão dele é fazer uma administração com êxito. “Tivemos uma grande experiência ao enfrentar a pandemia, vencemos e vamos continuar superando as dificuldades”, assegurou.



Sessão solene foi transmitida ao vivo e on-line pelo canal do TJSE no YouTube

Discurso contundente

Com um discurso forte, Edson Ulisses afirmou ser contra qualquer tipo de ingerência que aponte para uma perspectiva de fragilidade do Judiciário e suas decisões. Assim, defendeu que o Poder deve servir bem e com justiça aos mais fracos. “Um Judiciário subserviente somente interessa aos maus, aos corruptos que pretendem se servir do poder como donatários, em proveito próprio. Sem um Judiciário forte e

NOVO PRESIDENTE PARTICIPA DE COLETIVA ANTES DA POSSE

Na manhã do dia 1º de fevereiro, antes da posse que aconteceu no fim da tarde, o desembargador Edson Ulisses de Melo participou de uma coletiva de imprensa virtual, através da plataforma Zoom, com repórteres de emissoras de TV e rádio, revista, sites e assessorias. Por quase uma hora, ele falou sobre os projetos da nova gestão.

Entre as inúmeras perguntas, uma das mais recorrentes foi em relação à celeridade processual. Segundo Edson Ulisses, o Tribunal de Justiça de Sergipe tem se notabilizado, nacionalmente, pelo número crescente de decisões. Ele explicou que, durante a pandemia, de março a dezembro, foram mais de 5 milhões de atos judiciais. “Na Câmara Criminal, por exemplo, tivemos sessões com 500 processos. Ou seja, estamos decidindo um número até maior do que a quantidade de processos ingressados”, ressaltou o desembargador.



Ana Lúcia Freire dos Anjos, Edson Ulisses e Diógenes Barreto compõem a nova Mesa Diretora

Ana Lúcia dos Anjos e Diógenes Barreto compõem a nova Mesa Diretora do TJSE

Eleitos, respectivamente, vice-presidente e corregedor geral, magistrados acabam de ser empossados

FOTOS: DIVULGAÇÃO

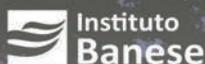


Além de Edson Ulisses de Melo, que assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) no dia 1º de fevereiro (leia matéria nesta edição), dois magistrados fazem parte da nova Mesa Diretora da entidade. São os desembargadores Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos, que assumiu como vice-presidente, e Diógenes Barreto, que é o novo corregedor geral da Justiça.

Nascida em Aracaju, Ana Lúcia dos Anjos bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 1984. Atuou como defensora pública até 1989. No mesmo ano, em 26 de dezembro, ingressou no TJSE, como juíza. Atuou nas Comarcas de Pacatuba, Frei Paulo, Boquim e Aracaju, e na Justiça Eleitoral do 1º e do 2º Graus. Foi, ainda, presidente

da Turma Recursal. A posse como desembargadora do TJSE, pelo critério de merecimento, ocorreu no dia 11 de julho de 2016. Foi também diretora da Escola Judicial de Sergipe (Ejuse).

O aracajuano Diógenes Barreto se graduou em Direito também em 1984 pela UFS. Ingressou no Judiciário sergipano como agente judiciário em 1981. Após aprovação no concurso de juiz, tomou posse em setembro de 1991, atuando nas Comarcas de Porto da Folha, Capela, Boquim e Aracaju. Em 2008, foi empossado juiz titular da 6ª Vara Criminal da Comarca de Aracaju. Também foi presidente da Turma Recursal. No dia 11 de abril de 2016, foi empossado desembargador do TJSE pelo critério de merecimento.



INSTITUTO BANESE SEGUE COM AÇÕES SOCIOCULTURAIS AO LONGO DE UM ANO DE PANDEMIA

Responsável pelas ações socioculturais e de responsabilidade socioambiental do Banco do Estado de Sergipe, o Instituto Banese assume, ao longo de quase um ano de pandemia, o importante papel de se reinventar. A necessidade do isolamento social e a impossibilidade de realizar atividades presenciais através de um dos seus principais projetos, o Museu da Gente Sergipana, resultou em transformações e novas iniciativas.

Com um calendário cultural dinâmico de janeiro a dezembro, muitas datas e temas importantes não deixaram de ser celebrados mesmo que à distância graças à criatividade e adoção de diferentes formatos e recursos tecnológicos. "A instituição permanece próxima do público, exercendo seu principal papel de valorizar a cultura e o artista sergipanos. Para isso foi preciso se reinventar e buscar novos caminhos que vêm dando certo", destaca Leila Cruz, diretora Administrativa Financeira do Instituto Banese.

O início da jornada de reinvenções foi marcado pelo lançamento dos editais 'Quarentena da Gente' e 'Forró da Quarentena', que incentivaram

a produção cultural, apoiaram os artistas e continuaram a oferecer arte ao público. Pelas redes sociais foram oferecidos muitos conteúdos, transmitidas lives, como a do Dia das Crianças e da Missa do Cangaço, e lançada a campanha Sergipanze-SE, em celebração ao mês da Cultura Popular e ao Dia da Sergipanidade.

Para possibilitar que ainda mais sergipanos continuassem a vivenciar novas experiências culturais, o Instituto Banese se lançou no desafio de transformar seus eventos em programas de TV, com a parceria das duas maiores emissoras do Estado, a TV Sergipe e a TV Atalaia. O primeiro programa, 'Sergipe: o país do forró', exibido pela TV Sergipe, celebrou o ciclo junino. No final do ano, o 'Natal da Gente - A Fábrica de Sonhos', exibido também pela TV Sergipe, foi repleto de magia e contou com a participação do cantor Erasmo Carlos ao lado de artistas locais. Já o programa da virada, 'João Ventura In Concert no Museu da Gente', exibido pela TV Atalaia, transmitiu a mensagem de dias melhores através de música e participações de renomados artistas como Toquinho. O ano novo chegou e a iniciativa continuou e

comemorou ao carnaval com o programa 'Folia da Gente', que foi ao ar pela TV Atalaia.

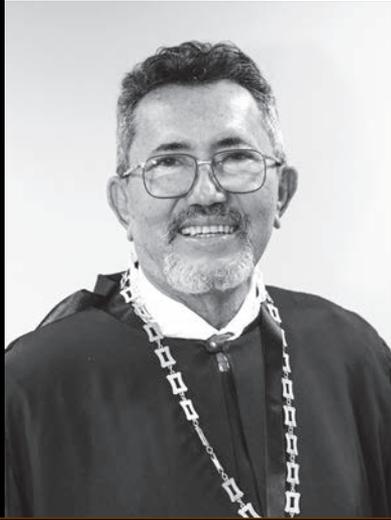
As novidades não pararam por aí. Em parceria com a Casa Curta-SE, o Instituto Banese ofereceu ao público por mais de três meses uma alternativa cultural para os amantes do cinema: o Cine Drive In Museu da Gente. Além disso, lançou o tour virtual pelo Museu da Gente Sergipana (www.museudagentesergipana.com.br), um passeio de 360º por todas as instalações e que já registrou mais de 1 milhão de visitas.

Para além das atividades culturais, o Instituto Banese atua em diversas frentes. No período da pandemia, manteve o incentivo financeiro as 13 entidades sociais que apoia, deu continuidade ao projeto Orquestra Jovem de Sergipe (OJSE) através de aulas à distância e ainda criou o projeto Capacitar-SE, que já ofereceu a mais de mil sergipanos cursos gratuitos em diversas áreas.

Todos as lives e programas de TV estão disponíveis no canal do Instituto Banese no Youtube. Mais informações sobre as ações nas redes sociais:

@institutobanese
@museudagentesergipana_oficial.





O Judiciário sergipano é considerado um dos melhores do País, sendo reconhecido pela eficiência e excelência nos serviços prestados à população. Dar continuidade a esse trabalho é uma importante missão que o desembargador **Edson Ulisses de Melo** acaba de assumir ao ser empossado presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). E a sociedade, por sua vez, se beneficia por ter à frente da instituição mais um profissional de grande capacidade jurídica, que prima por ética, cidadania e justiça.

O empresário **Luciano Barreto** o parabeniza por essa conquista e almeja que sua gestão nesses dois anos seja bastante profícua.



SERGIPE PARABENIZA EDSON ULISSES DE MELO

Representantes de diversos segmentos da sociedade destacam a competência e a experiência jurídica do novo presidente do TJSE



“É uma honra e um privilégio para os sergipanos terem no comando do Judiciário do Estado um homem como Edson Ulisses de Melo. Conheço-o como jurista e como ser humano. Além da capacidade técnica e da experiência adquirida ao longo de uma carreira brilhante, Doutor Edson Ulisses tem a sensibilidade para comandar o Poder Judiciário com independência e harmonia com o Executivo e o Legislativo, dando uma valiosa contribuição para o futuro do Estado. Minhas respeitadas saudações!”

Belivaldo Chagas, governador de Sergipe



“O desembargador Edson Ulisses de Melo é um homem íntegro, que tem uma carreira jurídica brilhante e que possui relevantes serviços prestados à magistratura sergipana. Nós, do Poder Legislativo, nos prontificamos a manter uma relação harmônica e profícua, sempre priorizando a eficiência dos serviços públicos e a contemplação do povo do nosso Estado. Desejo sucesso nesse novo desafio em sua trajetória.”

Luciano Bispo, presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese)



“A posse do presidente Edson Ulisses de Melo no Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ/SE) tem especial significado para a OAB e a advocacia sergipana. Ex-presidente da instituição, tornou-se desembargador pelo Quinto Constitucional. Almejamos que sua gestão possa estreitar ainda mais os laços de cooperação entre o Poder Judiciário e a advocacia, instrumento indispensável à administração da justiça.”

Inácio Krauss, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE)



“A posse do desembargador Edson Ulisses de Melo como presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) é um momento muito simbólico e representativo. Traz novas perspectivas de uma gestão humana e balizada no trinômio da justiça, cidadania e cultura.”

Ezio Déda, superintendente do Instituto Banese



“O Judiciário sergipano tem muito a ganhar com a experiência jurídica e a visão de mundo do desembargador Edson Ulisses de Melo que, agora, assume a Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). Embasado na valorização da cidadania, da cultura e da justiça, o magistrado chega ao posto com o compromisso de humanizar ainda mais a instituição, tornando-a mais acessível à sociedade. Parabéns, boa sorte e muito êxito no comando do Judiciário do Estado!”

Hesmonei Ramos de Santa Rosa, presidente da Sociedade Médica de Sergipe (Somese)



“Edson Ulisses, perspicácia do cientista, usa o direito para construir o bem comum e a sabedoria do vitorioso de Tróia para assegurar o sucesso dos sedentos de justiça no Templo do Judiciário sergipano.”

Evaldo Campos, advogado, ex-vereador e procurador da República aposentado



“Dr. Edson Ulisses de Melo deixou seu nome gravado na Universidade Tiradentes (Unit) como professor do curso de Direito, realizando um trabalho que engrandeceu a instituição. É possuidor de um invejável currículo, como procurador geral do Estado de Sergipe, chefe da Assessoria Jurídica do

Banco do Nordeste e consagrado presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE). Para a Ordem, o orgulho de ser o primeiro presidente da instituição a ocupar o honroso cargo de presidente do TJSE. Fica aqui registrado o sentimento de orgulho dos que fazem a Unit por esse momento histórico. Desejamos que o desembargador Edson Ulisses seja bem-sucedido na importante missão para a Justiça de Sergipe, como aconteceu em todos os cargos e missões que exerceu até hoje. Ao Dr. Edson Ulisses, orgulho da Unit, pela consagração de magistrado no nosso Estado.”

Juliano Oliveira, chefe da Assessoria Jurídica do Banco do Nordeste

Jouberto Uchôa de Mendonça, reitor da Universidade Tiradentes (Unit)



“Conheço o desembargador Edson Ulisses de Melo há mais de 40 anos. Na Ordem dos Advogados do Brasil, foi um dos mais competentes colaboradores, tendo sido presidente da Seccional de Sergipe, conselheiro federal e membro de várias comissões da Entidade. É um homem cujo perfil, fruto da formação liberal, que foi sempre avesso a qualquer tipo de violência, a qualquer violação dos direitos mais elementares do ser humano. É vinculado a uma escola de juristas que vê, nas teorias sociais, o nascedouro de um novo direito que sirva, também, para consagrar uma transformação social conscientizante, humana e, sobretudo, justa. No momento em que ele assume a Presidência do nosso Egrégio Tribunal de Justiça, tenho a certeza de que a experiência dele nos mais diversos cargos que ocupou durante a vida na advocacia marcará profundamente a história do nosso Judiciário.”

Clóvis Barbosa de Melo, ex-presidente da OAB/SE



“Nos últimos tempos, ninguém mais do que o desembargador Edson Ulisses de Melo, menino do Interior, merece mais as elevadas funções de presidente do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE). Tem uma trajetória construída com garra desde os tempos de criança na Ilha do Ouro, quando perseguia os ideais de cultura e amor ao próximo. Mas foi em Propriá, tempos depois emigrado, que sentiu e consolidou os sonhos dele: a defesa do direito de todos, das crianças, dos pobres, dos sem-teto, em suma dos invisíveis sociais. Tem uma carreira longa, tranquila e bela, e, ao assumir a Presidência da suprema magistratura do nosso Estado, engrandece pela capacidade de luta, inteligência, cultura e, principalmente, pelo desprendimento no cultivo das funções sociais no emprego judicioso das leis. Parabéns, presidente!”

Francisco Rollemberg, advogado, médico e ex-senador por Sergipe

Parabéns

AO NOVO PRESIDENTE DO TJSE!

Conte com a parceria da ANOREG/SE.



"Minha linha de administração é aproximar mais o Judiciário da sociedade."

(Des. Edson Ulisses, Presidente do TJSE)

A ANOREG/SE, representando as serventias extrajudiciais, sempre foi parceira do Poder Judiciário sergipano no objetivo de levar soluções para o dia-a-dia da sociedade, propiciando o exercício da cidadania.

Nossa instituição está totalmente alinhada com o pensamento do desembargador Edson Ulisses em sua ideia de fazer o Judiciário sergipano aproximar-se ainda mais da sociedade, para que ela o enxergue de acordo com a sua razão de ser: um instrumento de pacificação.



Cartórios são parceiros do Cidadão Brasileiro

Edson Ulisses

se dedica ao Direito há mais

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



De advogado a magistrado, o desembargador chega ao ápice do Judiciário sergipano ao assumir a Presidência do TJSE

POR LAUDICÉIA FERNANDES

Edson Ulisses de Melo no lançamento do livro "Reflexões cidadãs, Sabedoria Popular"

Alguém imagina o desembargador Edson Ulisses de Melo como médico? Pois é! Quando ainda era um adolescente, aspirante a universitário, ele sonhava com uma cadeira no curso de Medicina da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Para o mundo jurídico do Estado, felizmente, ele não passou no vestibular e optou, então, por cursar Direito. Hoje, o magistrado é referência como profissional ético e competente, tendo sido como base a advocacia e o desejo sempre intenso de bem servir a sociedade sergipana. Neste 2021, aos 72 anos, ao assumir a Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), ele atingiu o ápice do Judiciário no Estado e mostrou que nasceu, de fato, para o universo das leis. Foi eleito no dia 4 de outubro de 2020 para o biênio 2021/2023 (leia matéria completa sobre a posse nesta edição).

Oriundo da paradisíaca Ilha do Ouro, às margens do Rio São Francisco, no município de Porto da Folha, no Alto Sertão Sergipano, Edson Ulisses é filho de Josino Ulisses

de Melo e de Maria Cândida de Melo, que tiveram ainda mais cinco filhos: João, José, Fernando, Jason e Jolinda. De ascendência indígena Xocó pela linha materna, o desembargador nasceu no dia 24 de agosto de 1948. Herdou do pai o amor pelos estudos, pois Seu Josino sempre acreditou no conhecimento, na educação como meio de mudança de vida.

Assim, para realizar o sonho de educar os filhos, o então agricultor vendeu todos os bens e rumou para o município de Propriá, onde passou a atuar como comerciante ambulante. Era 1956. Vale destacar que o sonho inicial de Edson Ulisses de se formar em Medicina era, na verdade, um desejo do pai. Já Dona Cândida queria ver o filho, que era muito religioso, ordenado padre na Igreja Católica.

No período de cerca de um ano, entre 1966 e 1967, Edson Ulisses perdeu os pais. Então, passou a trabalhar e estudar, até ser aprovado no concurso público para o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Aprovado, foi nome-

de Melo

de 45 anos

ado em 1968 para uma agência na cidade de Simão Dias, no Centro-Oeste sergipano. No entanto, após algumas ingerências, conseguiu ser transferido para Aracaju, pois pretendia continuar os estudos. Detalhe: foi trabalhar na mesma agência em que o irmão João Ulisses atuava.

Trabalhando e estudando simultaneamente, Edson Ulisses concluiu o Científico e foi aprovado em 4º Lugar no vestibular para o curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da UFS em 1970. Em junho daquele ano, conheceu a simãodiense Maria do Carmo Déda, com quem se casou. A cerimônia do casamento aconteceu após cinco anos e meio de namoro, em 8 de dezembro de 1975, mesmo dia em que houve a missa de formatura dele. A data é muito especial, pois é o dia dedicado à Justiça e à Nossa Senhora da Conceição. Ele teve três filhos com Dona Maria do Carmo: Luciana, Edson Júnior e Adriano.

Carreira de sucesso

Como advogado, chegou a ser chefe do Serviço Jurídico do BNB em Sergipe/Alagoas, onde se aposentou em outubro de 1997, após 30 anos de trabalho. Foi presidente, vice-presidente e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE). Também atuou como conselheiro federal da Ordem por três mandatos, chegando a presidir as Comissões de Direitos Humanos, de Combate à Violência e de Reforma da Legislação Processual. Além disso, dirigiu a Seccional do Tribunal dos Povos, Região Nordeste, no combate à prostituição infanto-juvenil.

Foi, ainda, professor da Universidade Tiradentes (Unit) e da UFS, chefe do setor jurídico da Viação Haley Ltda. e procurador geral do município de Japaratinga. Também trabalhou como procurador geral do Estado de Sergipe, de janeiro a agosto de 2007, quando saiu para concorrer ao cargo de desembargador do TJSE. Obteve nas urnas a maior votação na OAB para a formação da lista sêxtupla. Escolhido por unanimidade o mais votado na lista tríplex pelo Tribunal de Justiça, foi a opção do então governador Marcelo Déda para assumir a vaga. Tomou posse no cargo no dia 12 de maio de 2008. Traz no currículo, ainda, as vice-presidências do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE) e do TJSE, entre outros cargos nesta entidade.

Ao longo da vida, recebeu inúmeros títulos e homenagens: “Cidadão Honorário Aracajuano”, “Propriaense” e “Simãodiense”; Comenda de Mérito Trabalhista, outorgada pelo Tribunal Regional do Trabalho / 20ª Região (TRT20); Comenda da Ordem do Mérito Serigy, outorgada pelo município de Aracaju; Honra ao Mérito Legislativo, outorgada pela Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese); Mérito Militar Tiradentes, outorgada pela Polícia Militar de Sergipe; entre muitas outras.

É integrante das Academias Brasileira de Ciências Econômicas Políticas e Sociais; Sergipana de Letras; Sergipana de Letras Jurídicas e Propriaense de Letras, Artes, Cultura e Desportos. Além disso, é sócio benemérito da Sociedade União Beneficente de Propriá e sócio fundador do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). E mais: é escritor dos livros “Reflexões cidadãs, Sabedoria Popular” – este considerado como paradigmático pelo município de Aracaju – e “Sabedoria Popular II – Máximas, reflexões, outros saberes e amenidades no Zap Zap”.



1 - Com a esposa Maria do Carmo, Edson Ulisses teve três filhos: Luciana, Edson Júnior e Adriano
2 - Adolescente ainda em Propriá, Edson Ulisses (ao centro) fez parte do time da escola
3 - O desembargador foi agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo Dom José Brandão de Castro, em Propriá

Edson Ulisses é sensibilidade social e independência no TJSE, diz Nitinho

“A” posse de Edson Ulisses de Melo na Presidência do Tribunal de Justiça de Sergipe representa a integração perfeita entre a sensibilidade social, a autonomia jurídica e independência dos Poderes”. A declaração é do presidente da Câmara Municipal de Aracaju, vereador Josenito Vitale, mais conhecido como Nitinho, ao comentar a posse do desembargador, no dia 1 de fevereiro, na Presidência do Poder Judiciário de Sergipe.

Nitinho ressalta os anos de dedicação e denodo de Ulisses às causas da cidadania, do combate à violência, aos direitos humanos, às causas sociais e à seguridade social, facilitando o acesso dos sergipanos aos instrumentos jurídicos em todos os órgãos onde atuou. “Esta é uma grande marca da trajetória do desembargador. Foram anos de dedicação à OAB/SE [Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe], atuando em comissões, como vice-presidente da Ordem, como conselheiro nacional, além de passagens exitosas pela Procuradoria Geral do Estado e pela Assessoria Jurídica do Banco do Nordeste”, testemunha o vereador.



Fotos: Divulgação

“Homem ilibado, trajetória admirável, de gestos nobres, sem máculas e de notório saber jurídico, Edson Ulisses engrandece a Justiça sergipana”

Como cidadão, Nitinho aponta, Ulisses é um filho exemplar, pai cuidadoso e esposo dedicado. O parlamentar o considera um profissional austero, de gestos cordatos, um grande estudioso nas bancas que frequentou, elevando o nível de conhecimento e a justeza das decisões.

“Por toda trajetória, por toda dedicação, pela reputação irretocável, Edson Ulisses dignifica a Justiça sergipana. É um nome bem querido no meio jurídico do Estado e reconhecido no Brasil”, afirma o vereador. E resume: “Homem ilibado, trajetória admirável, de gestos nobres, sem máculas e de notório saber jurídico, Edson Ulisses engrandece a Justiça sergipana”.



Nitinho: “Por toda trajetória, por toda dedicação, pela reputação irretocável, Edson Ulisses dignifica a Justiça sergipana”

VEREADOR
NITINHO
Pelas mãos dos amigos

A FAMES agradece pela distinção com que tratou as demandas municipalistas e visão humana do presidente do Tribunal de Justiça, **Desembargador Osório de Araújo Ramos Filho**, ao mesmo tempo em que deseja sucesso ao novo presidente, **Desembargador Edson Ulisses de Melo**. Nosso Judiciário continuará em boas mãos.



Desembargador
**Osório de Araújo
Ramos Filho.**



Desembargador
Edson Ulisses de Melo

Osório Ramos Filho faz balanço dos dois anos à frente do TJSE

Entre as inúmeras ações, o desembargador destaca os quase 6 milhões de atos judiciais realizados durante a pandemia

Administrar um Poder não é tarefa fácil. Agora, some a isso uma pandemia mundial bem no meio do caminho de uma gestão de apenas dois anos. Certamente, esse foi o maior desafio do desembargador Osório de Araújo Ramos Filho frente ao Tribunal de Justiça de Sergipe no biênio 2019-2021. Ele já havia ocupado o cargo por seis meses, quando, em 2012, era vice-presidente e assumiu o comando após a aposentadoria do desembargador José Alves Neto. Fato marcante, já que ele foi o segundo desembargador do Poder Judiciário sergipano a ocupar a Presidência por duas vezes nos últimos 50 anos.

“Mas, dessa vez, foi diferente. Tivemos tempo para nos preparar, fizemos uma transição muito tranquila e montamos uma equipe de gestores bastante eficientes e comprometidos. Por isso, mesmo tendo enfrentado os percalços impostos pela pandemia da Covid-19, tenho a grande felicidade de dizer que fizemos uma boa gestão, dentro do que nos foi permitido. Honramos a folha de pagamento apesar da crise financeira e pagamos a magistrados e servidores todos os direitos, como a conversão da licença-prêmio em pecúnia para quem requereu”, analisou o desembargador Osório, que passou no concurso para juiz em 1978 e chegou ao 2º Grau em 2008.

Em entrevista exclusiva à **Revista Advogados**, ele fez um balanço das principais conquistas nesses dois anos. Uma delas foi contribuir para que o Tribunal de Justiça de Sergipe seja um dos melhores do País. O reconhecimento foi feito pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2019, com o Selo Diamante e, em 2020, com o Selo Ouro. O Prêmio CNJ de Qualidade avalia os tribunais brasileiros quanto ao planejamento, organização administrativa e judiciária, produtividade, transparência e tecnologia. Inclusive, a premiação rende aos servidores do TJSE o pagamento de um bônus por desempenho pago com recursos próprios.

Mais reconhecimento

O TJSE ainda recebeu o Selo de Desburocratização

Osório Ramos Filho destaca o grande orgulho de ter gerido o Poder Judiciário de Sergipe por dois anos

do CNJ, na categoria Boa Prática, com o projeto “Pare, concilie e siga”, através do qual é possível fazer conciliações em acidentes de trânsito, uma parceria entre o Tribunal e a Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT) de Aracaju. Na área da conciliação, aliás, o Relatório Justiça em Números revelou que o TJSE tem um dos melhores índices de conciliação do Brasil. O índice de conciliação em Sergipe, em 2019, foi de 24,8%, entre os tribunais estaduais de grande, médio e pequeno portes, ficando bem acima da média nacional, que foi 11,3%.

Outro reconhecimento vindo do CNJ foi em relação ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). Em julho de 2020, o desembargador Carlos Vieira Von Adamek, secretário-geral do CNJ, enviou ofício parabenizando gestores, magistrados e servidores pela finalização na implantação de 100% dos processos de execução penal de Sergipe. “O processo de implantação do SEEU teve início em abril de 2019, com o lançamento do Projeto Justiça Presente. O TJSE foi, com a aprovação e efetiva presença do CNJ, pioneiro na criação de um projeto-piloto, ainda na fase pré-operacional de implantação do SEEU. Foi uma das maiores forças-tarefas já vistas no Judiciário sergipano para que conseguíssemos alcançar a meta de 100%”, destacou o agora ex-presidente do TJSE.

Precatórios

O Departamento de Precatórios (Deprec) teve atenção especial, já que o desembargador Osório Ramos Filho entende o pagamento aos credores como uma urgên-



FOTOS: DIRCOM/TJSE



1. O desembargador Osório Ramos em premiação no CNJ, em novembro de 2019. 2. Visita do ministro Dias Toffoli ao TJSE, em janeiro de 2020. 3. Visita ao Fórum de Lagarto, em janeiro de 2021.

cia. Assim, na gestão dele, o pagamento de credores da lista de antecipação e cronologia chegou a mais de R\$ 240 milhões. Com a necessidade de repasse de recurso pelo TJSE ao Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20) e ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5), atendendo à proporcionalidade do montante do débito presente em cada tribunal, o Deprec realizou, no biênio 2019/2021, três atos de rateio, que, ao todo, movimentaram a quantia de R\$ 194.991.395,51.

Economia

A gestão também investiu em projetos, visando à economia. Por isso, foi criado o Comitê de Grandes Contratações (Cograco). Instituído em 2019, o Cograco subsidia tecnicamente o ordenador de despesas nas decisões relacionadas às grandes contratações e estabelece o grau de prioridade, de acordo com a estratégia organizacional e as diretrizes da administração. “Esse Comitê está alinhado a macrodesafios do nosso Planejamento Estratégico e, por isso, não sofre descon-tinuidade. Com o trabalho do Cograco, conseguimos fazer uma grande economia para o Tribunal nesses dois anos”, avaliou.

Produtividade

“Mesmo com a instituição do trabalho remoto em março de 2020, por força da pandemia, o atendimento à população não deixou de ser feito. E os números provam isso”, enalteceu o desembargador Osório. De 16 de março a 31 de dezembro, os magistrados do

TJSE produziram 203.278 sentenças, 153.582 decisões e 659.771 despachos. Já os servidores cumpriram 4.884.628 atos. Tudo isso totalizou 5.901.259 atos judiciais. Os dados foram repassados, semanalmente, ao CNJ.

Ao falar sobre isso, o agora ex-presidente do TJSE aproveitou para fazer um agradecimento a magistrados e servidores. “Sei que ninguém esperava ter a vida tão modificada por causa de uma pandemia e que 2020 foi um ano muito complicado para todos. Mas posso dizer com grande satisfação que o nosso Judiciário não deixou os sergipanos desamparados. E aproveito o ensejo para agradecer a todos que compõem o Tribunal de Justiça de Sergipe, dizendo do meu grande orgulho de ter gerido esse Poder por dois anos”, finalizou o desembargador Osório.

Fabio Túlio Ribeiro é empossado como o presidente do TRT20

Eleito para o biênio 2020-2022, o jovem desembargador assume a entidade pela segunda vez. Rita de Cássia Pinheiro de Oliveira é a vice-presidente

No dia 14 de dezembro do ano passado, os desembargadores Fabio Túlio Correia Ribeiro e Rita de Cássia Pinheiro de Oliveira tomaram posse, respectivamente, como presidente e vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20) para o biênio 2020-2022. Fabio Túlio assume a presidência da entidade pela segunda vez: ele atuou no cargo durante o biênio 2014-2016.

A transmissão do cargo foi realizada pela desembargadora Vilma Leite Machado Amorim, que atuou como presidente do Tribunal no biênio 2018/2020. Na solenidade, também foram empossados os demais membros da Mesa Diretora para este novo mandato: o desembargador Josenildo dos Santos Carvalho, no cargo de ouvidor; o desembargador Jorge Antônio Andrade Cardoso, como ouvidor substituto; e o desembargador Thenisson Santana Dória, que agora é o diretor da Escola Judicial.

A sessão solene, que foi realizada de forma remota e transmitida pelo canal do TRT20 no YouTube, contou com a presença de autoridades do Estado e representantes de outros órgãos, entre eles, Alexandre Magno Moraes Batista de Alvarenga, procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho de Sergipe (MPT/SE); Augusto César Leite de Carvalho, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST); a juíza Flávia Moreira Guimarães Pessoa, conselheira do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Inácio José Krauss de Menezes, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE); a juíza Eleusa Maria do Valle Passos, representando a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 20ª Região (Amatra XX); presidentes e vice-presidentes de diversos TRTs e outras personalidades do meio jurídico.

Fabio Túlio Ribeiro reafirmou o compromisso público com Amatra XX, MPT/SE e OAB/SE



Fabio Túlio Ribeiro reafirmou o compromisso público com Amatra XX, MPT/SE e OAB/SE



Cerimônia de posse aconteceu remotamente através do canal do TRT20 no YouTube

No discurso de posse, o desembargador Fabio Túlio Ribeiro reafirmou o compromisso público com as entidades representadas na cerimônia. “Esta administração nada decidirá que impacte ou que diga respeito à magistratura sem discutir com a Amatra XX. Também quero fazer aqui um compromisso público com o MPT em Sergipe, pois nenhuma decisão institucional desta Casa será tomada sem ouvir a honrosa representação do Ministério Público do Trabalho. E esta administração nada decidirá, no que diz respeito à advocacia, sergipana ou não, quando aqui vierem atuar outros representantes da honrosa classe da advocacia, sem consultar os interesses institucionais da OAB. Essa é uma promessa pública para todos os senhores”, assegurou.

Sobre Fabio Túlio

O paraibano Fabio Túlio Correia Ribeiro é natural de João Pessoa. Graduado em Direito, é mestre em Direito Constitucional e mestre e doutor em Direito das Relações Sociais. Iniciou no Judiciário Trabalhista em 1992, como servidor do TRT da 19ª Região, e passou a fazer parte do quadro de juizes do TRT da 20ª Região no ano de 1994, tendo atuado nas Varas do Trabalho de Maruim e Itabaiana. Em maio de 2000, foi empossado como desembargador do TRT20, onde assumiu também o cargo de presidente. Ele é filho de João Ribeiro Filho e Rachel Isabel Correia Ribeiro, e pai de João Gabriel Mendonça Ribeiro. (Com informações da Assessoria de Comunicação do TRT20)

NOSSOS heróis
merecem a melhor
Pizza
da cidade



Santa
Pizza
Gourmet



Nosso Delivery

98879-1233

acesse nosso
cardápio



ou peça pelo
whatsapp



ATENDIMENTO PERSONALIZADO FAZ A DIFERENÇA NO ADVOGAR DE JUVENAL ROCHA NETO

Jurista ressalta as vantagens de produzir peças processuais artesanais e exclusivas

POR LAUDICÉIA FERNANDES | FOTOS: ROBERTO TRINDADE



Você já ouviu a expressão “advogado raiz”? “É aquele que, parodiando o filósofo, adota a advocacia como maneira de viver, não deixa nunca de ser advogado, que se preocupa demais com o cliente e a ele é totalmente leal. Por ele, vai do balcão da mais longínqua comarca ao mais suntuoso gabinete em Brasília, escreve as peças onde estiver e por aí vai...”, explica Juvenal Rocha Neto, que há 34 anos atua na advocacia sergipana, sempre se preocupando com o cliente dentro e fora do escritório. Essa, aliás, é uma autodefinição do aracajuano que também se intitula “bicho advogado”, acostumado a se manter por trás dos bastidores: “É por ser meu jeito. Não consigo ser diferente”, justifica.

Por se considerar “um taurino avesso e sem jeito”, inclusive, mostrou-se reticente em conceder entrevista à **Revista Advogados**. Superada a timidez inicial, a conversa, regada a um delicioso café na Cafeteria Feito a Grão, transcorreu com um Juvenal mais relaxado e até sorridente – “evento raro”, como ele mesmo revela. Durante o encontro, o jurista discorreu sobre um assunto que tem ganhado destaque no universo jurídico: o fazer advocatício de forma mais artesanal e que culmina no conceito de escritório-boutique.

A graduação em Direito, em 1987, pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), e o fato de integrar uma família

de advogados de notória atuação no Estado diz muito sobre o olhar de Juvenal Rocha Neto sobre a advocacia. Voltado para o Direito Empresarial como um todo e com um foco também em servidores públicos, ele já advogou para grandes empresas, distribuidoras de combustíveis e instituições financeiras. Atualmente, é funcionário concursado do Banco do Estado de Sergipe (Banese), conciliando o tempo com a advocacia.

Vale destacar que, na trajetória dele, o advogado exerceu diversas funções, incluindo as da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE), especialmente, por muitos anos, na Comissão de Estágio e Exame, e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SE). “No Tribunal, minha preocupação primeira era a institucional, manter a boa atuação da Corte e o bom desempenho dela para que sempre fosse das melhores do País”, afirma, ressaltando o imenso carinho à instituição e aos servidores.

Adoção de uma linha mais artesanal

Ainda na Faculdade de Direito, Juvenal Rocha Neto já se sentia atraído pela ideia da advocacia artesanal, em que se envolveria pessoalmente e a fundo com o cliente e o bem de vida dele. “Não sentia atração pela advocacia de escala por entender que seria impessoal e que iria me transformar em empresário e não num advogado.

Me mantive fiel ao ideal que tinha da advocacia, em que você produz suas peças totalmente customizadas a um cliente, seja empresa, seja pessoa física, seja uma família, totalmente sintonizadas com as circunstâncias de cada um, compartilhadas em anos de convivência”, explica.

De acordo com o advogado, isso passa, naturalmente, por se entender vocacionado para esse tipo de advocacia, para um olhar mais zeloso e atencioso para com o cliente. Assim, ele aponta, o fazer advocatício artesanal seria, então, fazer a advocacia focada especificamente em um determinado cliente. Como? “Mirando na história de vida dele, transpondo todo o sentimento para o papel, e gerando, assim, uma peça – seja parecer, contestação, recurso – totalmente customizada. É uma forma prazerosa de eu também me construir, me repensar”, esclarece.

Benefícios para os clientes

Para Juvenal Rocha Neto, a principal vantagem para o cliente ao optar por um profissional que adote o fazer advocatício artesanal é justamente saber que o caso dele não será tratado apenas como mais um, mas que passou por reflexão jurídica serena, atrelada às circunstâncias pessoais dele, e que isso será levado à autoridade judicial ou administrativa que apreciará o caso. “Em um recurso, não é apenas demonstrar um eventual desacerto jurídico da decisão, mas que esta vai de encontro a uma situação maior, por exemplo, vivida por aquele determinado segmento empresarial, vivida por aquele determinado grupo familiar, e que esta situação não foi detectada, não foi sentida, na decisão analisada”, comenta.



Vantagens financeiras para o advogado

Produzir peças processuais mais personalizadas, mais artesanais, demanda um tempo maior para a sua confecção. Obviamente, isso reduz a quantidade do que é produzido mensalmente. Diante disso, financeiramente falando, vale a pena o advogado apostar nesse tipo de peça processual? Para Juvenal, a resposta é sim. Mas, na opinião dele, tudo é uma questão de perfil profissional e de vocação para essa atividade. “A produção mensal não é grande, já que o que se visa não é quantidade, não é escala, não são números e metas, porém qualidade e customização para poucos, mas bons e leais clientes. São como peças de arte. Por exemplo: você pode comprar em loja de departamentos ou encomendar a um pintor, a um escultor. E naturalmente que diferencio as situações, atentando a prazos legais quando for o caso”, ressalta.

Diante dessa visão, logo no primeiro contato com o cliente, o jurista avisa que atua de uma forma mais lenta, em que prima por pensar e analisar o caso muito calmamente em todos os vieses. No entanto, deixa claro para ele que não precisa se preocupar, pois assegura se dedicar prontamente ao que o cliente pretende. “Tudo tem seu tempo”, resume, em meio a uma nada tímida gargalhada.

Em contraponto, o advogado pondera que, se o profissional almeja integrar o empresariado jurídico e obter ganho de escala, deve ter visão empresarial para tanto. Todavia, ele avalia, mesmo artesanalmente, com previsão, orçamento e método, se conseguem resultados financeiros satisfatórios. “Note que o artesão jurídico não adota a malemolência profissional como jeito de ser. Muito pelo contrário: envolve trabalho intelectual em sábado, domingo, feriado, em pesquisa específica para as situações concretas, apenas com o foco de customizar o trabalho para aquele determinado cliente e lhe fornecer conforto jurídico”, diz.

Adoção da prática de modelos prontos

Quem adota modelos de peças processuais considera que há uma maior agilidade na confecção das petições. Assim, muitos profissionais optam pela prática de utilizar modelos prontos que são oferecidos na internet. Juvenal afirma que jamais avaliaria a conduta de um colega que adota tal prática, pois reconhece os benefícios da tecnologia para a profissão, em especial a rede mundial de computadores.



“A internet – aliás, para mim, junto com a descoberta do fogo, da roda, da agricultura, um dos maiores passos da humanidade – facilita e propicia muito o desenvolver dos trabalhos jurídicos. Não me escapa que até “robôs advogados” já existem há um tempo e auxiliam em grandes empresas, “redigindo” peças. Tudo, insisto, é questão de opção. Se o escritório, por exemplo, atende contencioso de massa com centenas de situações idênticas, de determinados segmentos empresariais, é natural utilizar-se da tecnologia disponível. Já escritórios existem que buscam tratar individualmente situações individuais, sejam de empresas, sejam de pessoas físicas. Como disse, são opções”, contextualiza.

Contato presencial na pandemia

Artesão jurídico, Juvenal Rocha Neto mantém contato próximo e presencial com os clientes. Quando se trata de uma empresa, costuma ir aos setores para conhecer as pessoas e entender os processos. Há, também, muitos clientes que demandam discrição e segurança, não sendo raro recebê-los até mesmo em casa, com tranquilidade. E na pandemia? “A tecnologia, felizmente, facilitou bastante o isolamento social em todos os setores, nos tribunais, nos julgamentos e no atendimento a clientes. Mesmo para um taurino completamente avesso à tecnologia como eu [risada larga], foi possível atender aos clientes dentro do meu propósito, sem maiores dificuldades”, garante.

Adesão ao modelo escritório-boutique

Diante de tudo isso, fica evidente que o jurista aderiu ao modelo boutique de escritório, mais uma vez ressaltando a opção por poucos clientes, porém com quem possui empatia e afinidade de propósitos, selecionados previamente, caso sinta segurança em atender às demandas deles. “Na verdade, ser boutique é mais um entendimento do mercado a seu respeito, é como o mercado lhe interpreta. A opção de produzir peças mais específicas é sua. Todavia, o mercado é quem o adjetiva: ser boutique, não ser boutique, ser *full service* etc.”, pondera.

Para justificar essa adesão, ele reforça a simpatia que tem por esse modelo de escritório e salienta a presença de algumas características, como a estrutura de custos e despesas muito enxutas, e o cuidar de causas muito complexas, sensíveis e delicadas para os clientes. “Tenho observado, a propósito, muitos colegas parceiros do eixo São Paulo/Brasília migrarem para este formato, seja cindindo escritórios, seja simplesmente partindo para carreira solo, justamente para reduzir custos em geral. Até porque integrar grandes bancas de advocacia como sócio geralmente é muito caro para o profissional”, constata.



SEMINÁRIO EMPRESARIAL

GESTÃO ANTIFRÁGIL

COM MARCELO ANDRADE

Preparamos um poderoso plano de contingência para ajudar você empresário a lidar com os momentos de instabilidade em seus negócios.

20 de março | Del Mar Hotel ◀

▶ **Apenas para 70 empresários**



Inscrições:

Acesse o QRCode ao lado
ou fale com a gente no WhatsApp

 **99863-4642**



**FÁBRICA DE
MENTORES**

DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL



IMAGEM ILUSTRATIVA



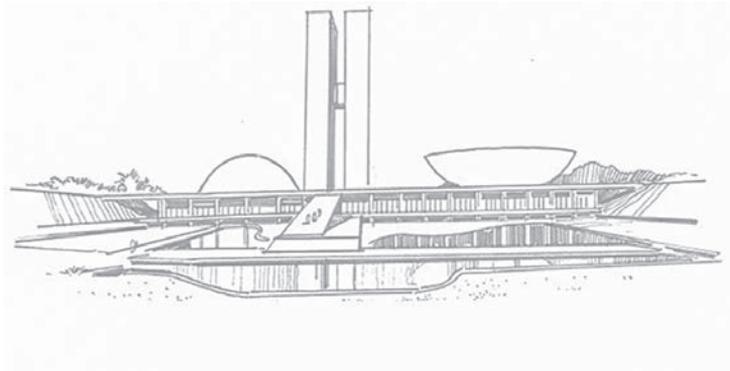
A PRATICIDADE
que faltava.
SÓ AQUECER
e pronto!

www.bigbolo.com.br
f /BigBolo.SE

*É uma delícia
e você pode
fazer em casa.*



A VENDA EM NOSSAS LOJAS E NOS MELHORES SUPERMERCADOS



Marcelo Montalvão Machado [*]



DIVULGAÇÃO

Vaga no STJ

Com a aposentadoria do Ministro Napoleão Nunes Maia, o presidente Jair Bolsonaro deverá indicar, pela primeira vez, um nome para o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A vaga é destinada a juiz de Tribunal Regional Federal (TRF). Nos próximos dias, o STJ deverá apresentar lista tríplice ao presidente da República. Os nomes mais citados na corrida são os dos juízes federais Ney Bello (TRF-1), Aluísio Mendes (TRF-2), Paulo Sérgio Domingues (TRF-3), Fernando Quadros (TRF-4) e Cid Marconi (TRF-5).

Estados não podem legislar sobre franquia de internet

Lei cearense que proíbe as operadoras de telefonia móvel de bloquearem o acesso à internet após o esgotamento da franquia de dados é inconstitucional. Assim entendeu o Supremo Tribunal Federal. O relator da ação, ministro Marco Aurélio, ficou vencido. O ministro Dias Toffoli divergiu e votou pela procedência do pedido. O placar foi de 7 a 4. Para o ministro Dias Toffoli, é da União a competência para, mediante a edição de leis federais, regulamentar a concessão dos serviços de telecomunicações e também os direitos dos usuários desses serviços, “restando, assim, evidenciada a inconstitucionalidade formal do diploma impugnado nesta ação direta”.

Loterias

Ao analisar a ADI 4986 e ADPFs 492 e 493, em que a Associação Brasileira de Loterias Estaduais e a Loteria Estadual do Rio de Janeiro questionavam a legalidade do Decreto-Lei nº 204/1967 que impunha limitações à atuação dos Estados nas atividades lotéricas, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por afastar o monopólio da União, afirmando que todos os Estados e Municípios estão autorizados a operar diretamente ou licitar serviços de loterias em seus territórios.

Lista tríplice em universidade federais

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por 8 a 3, decidiu que o presidente da República não precisa obedecer a ordem de lista tríplice para nomear reitores e dos vice-reitores das universidades federais. A maioria dos ministros seguiu entendimento divergente do ministro Alexandre de Moraes.



FELIPE SAMPAIO SCOSTIF

OS PRINCIPAIS TEMAS DO MÊS DE MARÇO NA PAUTA DO STF

RE 627432 – Liberdade econômica e artística – Discute a constitucionalidade da chamada “cota de tela”, relativa à norma sobre a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas brasileiros por determinados períodos. Relator: ministro Dias Toffoli.

ADI 5664 – Contratação temporária – Questiona leis complementares do Estado do Espírito Santo que autorizam a contratação temporária de pessoal pelo Poder Executivo para empregos na área da saúde, sob o argumento de que a medida é necessária para atender a necessidades urgentes e excepcionais. Relator: ministro Marco Aurélio.

ADIs 5436, 5418 e 5415 – Direito de resposta – Ações abordam dispositivos da Lei 13.188/2015 (Lei do Direito de Resposta). Relator: ministro Dias Toffoli.

ADI 5667 – Código Brasileiro de Aeronáutica – Ação questiona dispositivos do Código Brasileiro de Aeronáutica sobre acesso a informações de acidentes. Relator: ministro Nunes Marques.

RE 979962 – Importação de medicamentos – Discute a constitucionalidade da pena prevista para as pessoas que importam medicamento sem registro sanitário. Relator: ministro Roberto Barroso.

ADI 5941 – Medidas coercitivas – Discussão sobre a

constitucionalidade da apreensão a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e/ou a suspensão do direito de dirigir, da apreensão de passaporte e da proibição de participação em concurso público e em licitação pública como medidas para assegurar o cumprimento de ordem judicial. Relator: ministro Luiz Fux.

ADI 5631 – Publicidade infantil – Discute a constitucionalidade da Lei Estadual 13.582/2016 da Bahia, que proíbe a publicidade dirigida a crianças, de alimentos e bebidas pobres em nutrientes e com alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio. Relator: ministro Edson Fachin.

ADI 4924 – Telecomunicações – A ação tem por objeto a Lei Estadual 17.107/2012 do Paraná, que prevê penalidades ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências envolvendo remoções ou resgates, combate a incêndios, ocorrências policiais ou atendimento de desastres. Relator: ministro Gilmar Mendes.

[*] Marcelo Montalvão Machado é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduado em Direito Eleitoral pela Escola Superior da Advocacia do Distrito Federal (ESA/DF), advogado e sócio-fundador do escritório Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia. E-mail: marcelomontalvao@ayresbritto.com.br.

Você merece
morar no **melhor**

Casa a venda no
Maikai Residencial Resort



Saiba mais:
☎ (79) 99818-7673

g GREYDSON
SANTANA
ARQUITETURA

ALCIDES
SOBRINHO
ENGENHARIA



Cláudio Nunes [*]

Niara

TRIBUTAR = SUPER RICOS



Reprodução



Tributação dos super-ricos ajudaria a reduzir desigualdade no Brasil

Tramitam no Congresso Nacional cerca de oito projetos legislativos que reduzem impostos para os mais pobres e para pequenas empresas, ampliam recursos para Estados e Municípios e aumentam tributos sobre os mais ricos que não pagam impostos ou são subtributados.

Uma campanha nacional de mobilização, com o apoio de várias entidades e setores importantes, foi lançada para que o Brasil se some aos diversos países que tributam as grandes fortunas. Segundo os técnicos que estão à frente da campanha, com a tributação de apenas 0,3%, os mais ricos no País poderão destinar cerca de R\$ 300 bilhões ao ano para ajudar no combate à pobreza e na redução da disparidade social.

E, com a pandemia, todos os indicadores econômicos e sociais indicam que a pobreza se aprofundou neste período. Enquanto isso, também durante a pandemia, entre 18 de março e 12 de julho, o patrimônio de 42 bilionários brasileiros cresceu US\$ 34 bilhões – subiu de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões –, segundo estudo da ONG Oxfam.

Entre as mudanças sugeridas nas propostas que tramitam no Congresso, estão: isenção de impostos para quem ganha até três salários mínimos e para as micro e pequenas empresas com faturamento anual de até R\$ 360 mil; aumento na taxação de pessoas físicas com salários acima de R\$ 60 mil por mês; aumento no imposto sobre heranças, com variação progressiva de 8% a 30% e tributação de lucros e dividendos.

A campanha de mobilização “Tributar os Super-ricos” a cada dia ganha mais adesões. O Brasil é o 7º país com mais bilionários no mundo e é também o 7º com mais desigualdade no planeta. Chegou a hora de quem ganha mais pagar mais e acabar com um sistema tributário injusto.

[*] Desde maio de 2006, Cláudio Nunes tem um blog no Portal Infonet. Atua no jornalismo de Sergipe há 25 anos, passando pela Gazeta de Sergipe, Jornal da Manhã, Diário de Aracaju, TV Sergipe e Jornal do Dia. Radialista e jornalista, em dezembro de 2016, publicou o livro “Liberdade de Expressão”.

UM NOVO CONCEITO DE URBANISMO CHEGOU EM SERGIPE.



- ▶ LOTES DE ATÉ 370M²
- ▶ 500M DA PRAIA
- ▶ 150 MESES PARA PAGAR
- ▶ FINANCIAMENTO DIRETO COM A CONSTRUTORA
- ▶ ÚLTIMAS UNIDADES

VENHA CONHECER O PARAÍSO AZUL!



ÚLTIMAS UNIDADES

LOTES ATÉ
472 M²

PRONTO
PARA
CONSTRUIR



VENDAS

9 9978 - 4222
9 9985 - 4222



ESCANEE
E FALE
CONOSCO
PELO
WHATSAPP.



ACCIOLY FILHO

Deputados aprovam gestão conciliadora de Luciano Bispo

Parlamentares revelam confiança no trabalho do presidente reeleito para comandar a Alese no próximo biênio

O deputado estadual Luciano Bispo (MDB), presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe (Alese), foi reeleito como comandante da Mesa Diretora para o biênio 2021-2022. Devidamente empossado no dia 2 de fevereiro, junto com os demais membros da Mesa Diretora, Luciano externou gratidão por mais um voto de confiança que foi dado a ele pelos colegas de Parlamento.

A Sessão Especial de Posse da Mesa Diretora do Poder Legislativo foi realizada na Sala das Comissões da Alese ainda dentro do sistema remoto, para garantir o isolamento social, com alguns parlamentares presenciais e os demais participando de forma virtual.

Além de Luciano na Presidência, também foram empossados o deputado Francisco Gualberto (PT), como vice-presidente; o deputado Jeferson Andrade (PSD), como 1º secretário; o deputado Luciano Pimentel (PSB), como 2º secretário; a deputada Maísa Mitidieri (PSD), como a 3ª secretária; e o deputado Samuel Carvalho (Cidadania), como o 4º secretário.

O presidente agradeceu aos colegas e destacou o relacionamento harmônico que mantém com as bancadas de oposição e de situação, como também com os demais poderes constituídos, em especial com o governo do Estado. Na posse de Luciano, ele falou em lealdade, reciprocidade e respeito à coisa pública.

“Nós buscamos sempre representar bem o povo

sergipano e, na Presidência, exercer um papel o mais conciliador possível, garantindo a governabilidade do Estado e respeitando sempre as cobranças dos parlamentares da oposição. Temos uma relação bastante pacífica, também, com os nossos servidores, que foram valorizados, e tenho o orgulho de ter realizado o primeiro concurso público da história da Alese”, destaca Luciano.

Outros deputados

A **Revista Advogados** também ouviu alguns deputados estaduais que elogiaram bastante a postura de Luciano Bispo à frente da Presidência e a defesa que ele faz do parlamento estadual. Confira:



Luciano Bispo (ao centro) é empossado, mais uma vez, como presidente da Mesa Diretora da Alese



Zezinho Sobral:
“Luciano Bispo (...) vem exercendo seu mandato sendo bastante conciliador”

JADILSON SIMÕES/ALESE



Luciano Pimentel:
“Luciano Bispo não olha bancada, não olha partido, e vem conduzindo a Alese com muita maestria”

ASCOM/ALESE



Georgeo Passos:
“Luciano sempre demonstrou muito respeito com a oposição, mesmo nos momentos mais duros”

ASCOM/ALESE

Jeferson Andrade

O deputado Jeferson Andrade destacou o perfil mais “democrático” do presidente. “Luciano vem gerindo a nossa Casa com zelo, democraticamente, ouvindo todos os pares, buscando equacionar as demandas e em harmonia com os demais poderes. Sua recondução contempla a todos”, afirmou.

Luciano Pimentel

O deputado estadual Luciano Pimentel (PSB) avalia que a recondução de Luciano à Presidência da Alese é o reconhecimento dos pares pelo trabalho realizado no comando da Casa. “O presidente Luciano tem uma característica de ser muito atencioso, além de sempre buscar um entendimento entre os pares. Ele respeita a todos, seja da situação ou da oposição. Muitas pessoas perguntam, e eu destaco o poder de conciliação dele. Acredito que teremos dois anos de muito trabalho. Vamos evoluir, com a apreciação e aprovação de projetos que interessam a nossa sociedade. Luciano Bispo não olha bancada, não olha partido, e vem conduzindo a Alese com muita maestria”, declarou.

Georgeo Passos

Outro parlamentar que também reconheceu a legitimidade da presidência de Luciano Bispo foi o deputado Georgeo Passos (Cidadania). “Já votei duas vezes a favor e duas vezes contra Luciano. E, ainda assim, nunca houve um tratamento diferenciado conosco. Luciano sempre demonstrou muito respeito com a oposição, mesmo nos momentos mais duros, e isso nos motiva a dar um voto de confiança ao presidente e à nova Mesa Diretora, que podem contribuir com o Parlamento e o povo sergipano”, avaliou.

Samuel Carvalho

O deputado estadual Dr. Samuel Carvalho (Cida-

dania) não escondeu a satisfação em poder compor a Mesa Diretora da Alese. “Para um deputado em primeiro mandato, da bancada de oposição, como eu, fazer parte da Mesa é algo que nos deixa lisonjeados. E ouvir os elogios que vieram do nosso presidente Luciano Bispo, um político muito experiente, é algo que nos deixa regozijados. Luciano tem bom trânsito com a situação e a oposição, e se destaca nas atividades desenvolvidas pela Casa”, disse.

Zezinho Sobral

Quem também não mediu elogios e palavras de incentivo para a gestão de Luciano Bispo à frente da Alese foi o líder do governo na Casa, deputado estadual Zezinho Sobral (Pode). “Luciano Bispo é um político importante do nosso Estado, já foi prefeito de Itabaiana, vem exercendo seu mandato de deputado sendo bastante conciliador. Um homem confiável, companheiro e leal, amigo para todas as horas e de palavra”, assegurou. E complementou: “Ele compreende as diferenças e a personalidade de cada um, e, ainda assim, consegue produzir um consenso, um trabalho, sabendo o momento correto para propor a discussão, de conversar e dialogar. Um político de coração aberto e, por isso, foi eleito pela unanimidade dos presentes. A cada ano, vem conduzindo a Alese cada vez melhor”, analisou.

Adailton Martins

Outro parlamentar que se somou no reconhecimento da gestão da Mesa Diretora, sob a presidência de Luciano Bispo, foi o deputado estadual Adailton Martins (PSD). “Nós escolhemos Luciano, porque ele conduz a nossa Assembleia como uma Casa de iguais. Votei pela eleição dele pelo trabalho que desenvolve na Alese, pela consciência que ele tem, respeitando a situação e a oposição, com articulação e capacidade de conciliação”, comentou.



Rodolfo Santana de
Siqueira Pinto [*]

Loteria PRETORIANA

O Código de Processo Civil de 2015 veio com a promessa de minimizar divergências entre julgados nas mais diversas cortes do Brasil, através de instrumentos de uniformização de jurisprudência, precedentes vinculantes e um maior prestígio, como um todo, ao sistema jurisprudencial, o que, na visão de boa parte dos processualistas, aproximou nossa cultura jurídica (que sempre fora pautada no sistema do *civil law*) ao sistema do *common law*.

Termos como *distinguishing*, *ratio decidendi*, *overruling* e outros passaram a se tornar cada vez mais comuns, dando o tom da nova dinâmica processual, que passaria a prestigiar cada vez mais a jurisprudência das cortes, máxime as superiores.

A ideia, portanto, seria prestigiar o entendimento dos colegiados, em detrimento de eventuais posições individuais, conferindo, assim, maior segurança jurídica aos jurisdicionados. A teoria, no entanto, nem sempre é replicada na prática.

Embora não seja a regra, quantas vezes não vimos decisões singulares irem de encontro à jurisprudência daquele determinado colegiado? Qual advogado nunca se sentiu em uma loteria ao ver distribuído o recurso/ação por ele manejado?

Se bem atentarmos, vez por outra, a imprensa noticia uma guerra de decisões monocráticas, em um mesmo tribunal, sobre determinado tema. Decisões que nem sempre levam em consideração o entendimento pretérito da corte sobre aquela temática.

O “monocratismo”, aliás, é algo que carece de maiores reflexões. Se por um lado confere maior agilidade na apreciação das demandas, por outro, subtrai a beleza da dialeticidade colegiada, e, de vez em quando, permite que sejam proferidas decisões em completo desacordo com a jurisprudência de determinada corte.

Lembremos que o relator funciona com um porta-voz do respectivo colegiado e, portanto, deve atenção

às linhas de entendimento da corte, ainda que divergentes das suas próprias, para que possa, se o caso assim permitir, utilizar-se dos instrumentos adequados para prestigiar ou mesmo refutar (*distinguishing*, *overruling*) linhas jurisprudenciais pretéritas.

Ou seja, não se quer aqui, por óbvio, defender a robotização dos julgamentos, castrando a singularidade intelectual de cada magistrado, mas provocar reflexão sobre nosso atual sistema, no que diz respeito à segurança jurídica promovida por meio de precedentes.

Sei que muitos já se adaptaram à realidade promovida pelas recentes alterações legislativas, mas há que se observar se, em certos momentos, podemos nos deparar com uma “loteria pretoriana”.

Mesmo diante dos instrumentos que podem ser utilizados com o intento de uniformizar jurisprudência, ou mesmo atrair a colegialidade, como o agravo interno (a propósito, já escrevemos anteriormente sobre o agravo interno neste espaço, em artigo intitulado “Morte e vida severina do agravo interno no novo cpc”), certo é que as linhas jurisprudenciais ditadas pelas cortes não devem ser jamais ignoradas, ainda que seja para se trilhar uma nova.

Para que tenhamos cada vez mais segurança, sem olvidar, em absoluto, a casuística, precisamos encarar que não há caminho que não perpassa por uma ressignificação de conceitos, feita por nós todos, operadores do direito, no sentido de ouvir com a atenção a voz coletiva dos tribunais, ainda que dela não gostemos.

Com segurança jurídica e sanitária, um grande abraço a todos. Até a próxima!

[*] Rodolfo Siqueira Pinto é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduado em Direito e Processo Civil e em Direito do Estado; sócio-fundador do escritório Siqueira Pinto Advogados, presidente do Instituto de Direito Público de Sergipe (IDP-SE), membro fundador do Instituto Sergipano de Direito Eleitoral, professor, palestrante e colaborador de eventos e obras jurídicas.

CRED PRIME

CRÉDITO FÁCIL, COMO DEVE SER!

Mais **fácil** e **rápido** para
o inquilino alugar



Sem Fiador



Sem Caução



Aprovação Rápida



Pague no Cartão



Assinatura de forma
digital, dispensa a ida
ao cartório.

▶ **Livia Sampaio**
Embaixadora Valor Imobiliária



VALOR
CENTRO DE SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

CRECIPJ/251

9 9850 - 5222
3226 - 4222

Av. Augusto Maynard 163, Bairro São José



FOTOS: SÉRGIO SOUZA

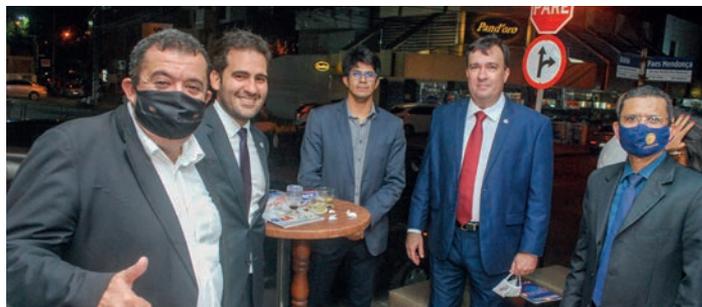
Revista Advogados lança 8ª edição na loja Jorge Bischoff

Em 5 de novembro de 2020, foi lançada a 8ª edição da Revista Advogados, importante publicação da Remacre Comunicação, que apresentou um especial sobre os 85 anos da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE). O evento aconteceu durante coquetel realizado na loja de bolsas e calçados femininos e masculinos Jorge Bischoff, grife gaúcha de alto padrão e de renome nacional, localizada na Rua Deputado Euclides Paes Mendonça, 142, no Bairro Treze de Julho, em Aracaju. A loja é comandada pela empresária Janaína Menezes.

Com apoio da loja THC, o lançamento, ocorrido ao ar livre e seguindo todos os protocolos sanitários de prevenção e segurança contra o novo coronavírus, causador da Covid-19, reuniu nomes importantes da advocacia e do Judiciário sergipano, além de empresários e jornalistas. Confira nas fotos.







Mais que
uma
cafeteria.
Uma
experiência!



Loja Riomar - Expansão
Loja Conceito - Rua José Carvalho Pinto, 557, Jardins.

Tradição
que **junta**
todo sergipano

+40
sabores

☎ 79 3259.1142
📍 sorveteriacastelobranco
📍 Av. São João Batista, 02
Ponto Novo. Aracaju - SE.

35ANOS
de tradição

SORVETES
**castelo
branco**

O que esperar da nova Lei de Licitações

Em um contexto ainda assombrado pela pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, operadores do direito, empresários, gestores públicos, entre outros, esperam ansiosamente para saber como será o mundo das licitações com a chegada do novo marco licitatório. Como nem tudo são flores, a **Revista Advogados** traz dois pontos de vista distintos sobre o que esperar dos atos regidos pela nova lei: um mais otimista e outro, em contraponto, um pouco mais crítico, sempre visando a uma ótima experiência para o leitor.

A FAVOR

Leilanne Aurélia Nascimento de Mattos Mello [*]

Com muitos anos de uso, a Lei 8.666/1993 está à beira de sua revogação, com a nova legislação decorrente do Projeto de Lei 4.253/2020. Podemos questionar: se sancionada

esta nova legislação, ficarão sentimentos saudosos acerca da Lei 8.666?

Não é segredo o desejo comum pela modernização de todo o contexto de regulamentos sobre as licitações, principalmente, pelo formalismo procedimental, além de não ter gerado o resultado esperado, posto que não houve qualquer redução de corrupção pela diminuição do poder discricionário, conferido aos usuários das leis.

É verdade que a contratação pública deve ser sempre pautada na busca da melhor contratação, e isso implica em contratações eficientes e econômicas, com qualidade de resultados. Ocorre que nem sempre o formalismo trazido no bojo das legislações licitatórias traz os resultados almejados. Em verdade, gera consequências inesperadas, como, por exemplo, a demora procedimental ou a contratação com valores superestimados.

Apesar de todos os anseios pela renovação da legislação que rege as aquisições públicas, sempre houve grandes empecilhos. Não à toa, os projetos não foram exitosos no Congresso, e todas as alterações no regime regulatório de licitações sempre ocorreram de forma setorizada, mas nunca destituindo do seu posto a Lei 8666/93.

Após anos de espera, a nova legislação sobre licitações poderá trazer consigo algumas soluções para a melhoria

das contratações públicas. O que não se sabe é se elas serão reais ou somente preceitos antigos repaginados de nova lei.

O que se pretende com o Projeto de Lei aprovado – que englobará as atuais Leis do Pregão e do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) – é trazer a expectativa de maior planejamento e responsabilidades, celeridade e eficácia, com a diminuição das formalidades que se apresentam desnecessárias e nada condizentes com o novo mundo mais tecnológico, maior eficiência econômica e maior transparência.

A nova lei, se e quando aprovada, manterá a maior parte das normas tradicionais constantes na Lei 8.666/1993. Mas, além de manter a tradição, abraça “antigas novidades”, tais como inversão de fases, orçamento sigilosos, fases abertas e fechadas com seus rituais diversos, e alguns instrumentos administrativos, o Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), que terá aplicação ampliada para as contratações em geral, não somente para o instituto das Parcerias Público Privadas (PPP).

Além de recepcionar legislações atuais vigentes, institutos administrativos, e de trazer melhor entendimento para as melhorias esperadas, o projeto da nova lei abarca, também, as orientações convencionadas pelos tribunais fiscalizatórios, agregando positivamente entendimentos para que não sejam motivos de discursões, mas, sim, trazendo objetividade na aplicação. Pode-se mencionar acórdãos como o que versa sobre a aplicabilidade da forma eletrônica além do pregão.

Em contrapartida, é imperioso destacar que a nova Lei de Licitações terá novidades reais, além da recepção de antigos preceitos jurídicos. A nova lei exclui antigas modalidades, acrescentando uma nova composição, qual seja, o “diálogo competitivo”, derivado de países europeus e muito utilizado pelo direito português, por exemplo.

A nova modalidade, que é novidade no Brasil, mas



Arquivo Pessoal

vastamente utilizada na União Europeia, traduz-se na possibilidade de oferecer soluções para as contratações complexas da administração pública, através do diálogo com a iniciativa privada. Por meio do diálogo competitivo, o órgão define suas necessidades e os critérios de pré-seleção de licitantes e mantém diálogos com os licitantes selecionados, com o objetivo de obter informações e alternativas de soluções até que seja possível definir a solução mais adequada, seguindo com a apresentação suas respectivas propostas.

Após a exposição das mais impactantes modificações, ficam as perguntas: poderia a nova Lei de Licitações incorporar verdadeiras novidades para as contratações públicas? Seria realmente necessário um texto ainda mais prolixo? A nova modalidade traz reais benefícios às contratações, considerando a ausência de um crescimento cultural que permita a boa aplicação das inovações e atualizações (modalidade e valores das exceções à licitação)?

À primeira vista, em que pese a nova Lei possa estar trazendo novas tendências importantes e grandiosas, a rigor, representa, em sua grande parte, uma reapresentação de “velhas” disposições já conhecidas, ainda que nem sempre sejam utilizadas. Mas, como tudo na vida, sempre vai existir o binômio positivo-negativo, e com a nova Lei de Licitações não seria diferente.

De forma geral, de um lado, temos diversas soluções importantes elencadas, tal como a compactação de todas as legislações que versam sobre o tema em um único instrumento, além de novas modalidades, e, noutro lado, a manutenção do formalismo, texto detalhado, pouco flexível, e a manutenção de situações discrepantes no tocante à contratação de objetos com complexidades diversas, que podem implicar em contratações não muito vantajosas e eficazes, com manutenção do risco da má gestão do erário público.

Foram muitos anos. Muitas situações ainda carecem de atenção para melhor adequação à realidade fática do Brasil e à expectativa pela desburocratização, conciliada com os princípios constitucionais e administrativos. Seguimos à espera de uma melhor aplicação da lei, que confira mais segurança jurídica na hermenêutica interpretativa. Mas, ainda assim, estamos prestes a mais um passo dado. O próximo é o período de transição com o sistema híbrido de contratações por dois anos, após a sanção da Lei.

[*] Bacharela em Direito pela Universidade Tiradentes (Unit), pós-graduanda em Licitações e Contratos pelo Complexo de Ensino Renato Saraiva e atual diretora administrativa da Secretária do Estado da Saúde de Sergipe. É advogada atuante na área de licitações e contratos.



CONTRA

Luiz Gustavo E. Gurgel Maia [*]

Não é novidade que 2020 mudou a vida das pessoas e vai entrar para os registros históricos como sendo o ano em que a pandemia pelo novo coronavírus,

causador da Covid-19, fez o mundo rever diversos dos seus conceitos pré-estabelecidos. Relações tiveram que se adequar ao distanciamento, com novas formas de comunicação; empresas forçadas a se adaptarem às circunstâncias de produção e demandas; a economia, chacoalhada pela crise, precisou ser socorrida por incentivos fiscais para a preservação de empregos e da renda; e legislações e tribunais passaram a repensar suas disposições e posicionamentos, amoldando-se ao novo tempo.

Em meio a esse cenário de incertezas, o Congresso Nacional, ainda em março de 2020, aprovou o Decreto Legislativo nº 6, que reconheceu, até 31 de dezembro passado, a ocorrência do estado de calamidade pública. A partir disso, foi publicada a Lei Complementar nº 173/2020, que instituiu o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), que, além de suspender o pagamento de dívidas contratadas entre a União e os Estados, Distrito Federal e Municípios, reestruturou operações de crédito interno e externo, e previu a entrega de recursos da União, na forma de auxílio financeiro, aos entes federados para a execução de ações de enfrentamento à pandemia.

Como se vê, a crise gerada pela Covid-19 exigiu que os agentes políticos atuassem de maneira célere para contornar situações excepcionais dela advindas.

Mas o leitor pode estar se perguntando: o que a pandemia tem a ver com a nova Lei de Licitações? O fato é que a disseminação do vírus descortinou o debate que há muito vinha sendo travado no Congresso Nacional acerca da premente necessidade de modificação completa na Lei de Licitações, com projetos de lei que buscavam alterá-la desde o ano 1995. A Covid-19, portanto, estampou essa face burocrata e engessada da Lei nº 8.666/93,

forçando a adoção de mudanças legislativas que, inclusive, estão contidas no novo marco licitatório.

Um bom exemplo disso são as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 961/2020 (convertida na Lei nº 14.065/2020), que autorizou a dispensa de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e aumentou para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) o limite para outros serviços e compras. Esses são, exatamente, os mesmos valores da nova Lei de Licitações, sendo válido registrar a inclusão da manutenção de veículos automotores no primeiro limite.

Outro aspecto positivo previsto na MP e adotado pela norma aprovada no Congresso é o tratamento – claro e expresso – da possibilidade de pagamentos parciais ou totais serem realizados antecipadamente. Isso porque, por vários anos, o tema foi objeto de acaloradas discussões na doutrina e nas cortes superiores. Entretanto, no paradigmático Acórdão 1.341/2010, o Tribunal de Contas da União firmou entendimento quanto aos requisitos a serem observados nesse tipo de operação, quais sejam, a previsão no ato convocatório; demonstração da real necessidade e economicidade da medida; e o estabelecimento de garantias específicas e suficientes para o resguardo da administração. Quanto a esta última condição, inclusive, a novel legislação prevê no §2º do atual art. 144 que “A Administração poderá exigir a prestação de garantia adicional como condição para o pagamento antecipado”. Assim, a nosso sentir, a utilização do verbo “poder” não traduziria um “poder-dever” administrativo, mas, isto sim, refletiria discricionariedade, um senão que deve ser objeto de questionamentos futuros.

Há diversas outras previsões colhidas de normas que, desde a edição da 8.666/93, alteraram setorialmente o regime de contratação com o poder público, com destaque à criação da modalidade pregão (Lei 10.520/2020), dos decretos que regulamentam o Sistema de Registro de Preços (Decretos nº 3.931/2001, revogado pelo 7.892/2013) e da instituição do Regime Diferenciado de Contratações (Lei 12.462/2011). Nesse sentido, apesar de os 191 artigos da novel legislação traduzirem, em sua grande maioria, meras repetições compiladas de textos esparsos, é digno reconhecer que há avanços importantes.

O primeiro destaque está na maior atenção dada à fase de planejamento da licitação, notadamente ao estudo técnico preliminar, que deve evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação. Não bastasse isso, entre as modalidades de licitação, afasta-se de vez a aplicabilidade do convite (há muito mal visto e, na prática, pouco utilizado) e da tomada de preços, e são inseridos o pregão e o diálogo competitivo, uma virtuosa inovação trazida da União Europeia.

Por meio dele, nos casos em que a solução desejada dependa de inovação tecnológica, de alguma solução disponível no mercado que precisa ser adaptada ou mesmo quando o Estado não for capaz de precisar suficientemente as especificações, será aberta a oportunidade de diálogo entre a administração e os pretendentes licitantes. Após a conclusão dessa fase de diálogo e ouvidas as diversas possibilidades, inicia-se a fase competitiva, com divulgação do edital contendo a especificação da solução desejada e os critérios objetivos a serem utilizados na seleção da proposta mais vantajosa.

Em verdade, malgrado essas inovações pontuais, a letra eternizada por Cazuza não parece adequada à nova Lei de Licitações, pois esta parou no tempo. Parou em meio a mais de 25 anos de debates. Parou porque é um espelho de normas existentes, que cegamente traduz o que vê, mas não repara no que deveria enxergar. Parou porque engloba posicionamentos de cortes superiores, especialmente do TCU, que talvez sejam ideias que não correspondem aos fatos. Esses dois anos em que será facultado utilizar a 8.666/93 ou o novo marco licitatório serão importantes para sentir, na prática, os reais efeitos advindos de suas modificações, afinal, ainda estão rolando os dados, e o tempo, o tempo não para.

[*] Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), pós-graduado em Direito Público, com MBA em Auditoria Governamental e Contabilidade Pública, e mestrando em Administração Pública pelo Profiap-UFS. Professor, palestrante e colaborador em obras jurídicas, possui mais de dez anos de experiência junto ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE).

OAB/SE apresenta boletins on-line das ações em 2020

No ano em que celebrou 85 anos, entidade concretizou diversas iniciativas que beneficiaram advogados e sociedade em geral

O ano de 2020 foi atípico, difícil e cheio de incertezas devido à pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19. Apesar de toda a dificuldade e das restrições em decorrência da necessidade do isolamento social, a Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE) realizou inúmeras ações que beneficiaram – e muito – os profissionais da advocacia sergipana. Todas essas iniciativas foram divulgadas em boletins de forma on-line.

Entre as ações adotadas nos primeiros meses da pandemia, estão às solicitações referentes à expedição de alvarás feitos junto ao Tribunal Regional do Trabalho / 20ª Região (TRT/20), ao Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e à Justiça Federal. E também ao recebimento de alvarás com pleitos realizados junto às instituições bancárias (Banese, Caixa e Banco do Brasil). Além disso, foram prorrogados os vencimentos das parcelas das anuidades referentes ao período de março a maio de 2020 e isenção dessas parcelas para os advogados infectados pela Covid-19, entre outras iniciativas.

No período de maio a julho, foi aprovada a doação do terreno da Ciesa para a construção da sede OAB Estância; aprovado o Plano Estadual de Valorização da Advogada e do Advogado com Deficiência da OAB/SE; lançado do Projeto “Mulheres Estamos com Você”, pelo Grupo de Trabalho “Mídia, Gênero e Arte” da Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres; entre outros.

Comemorações

Em agosto, Mês da Advocacia, atividades virtuais foram desenvolvidas em homenagem aos profissionais, que puderam acompanhar os eventos pelo canal da OAB/SE no YouTube. Houve webnários, congressos, seminários, campanhas, entre outras iniciativas institucionais.

Já nos meses de setembro e outubro, as principais ações foram a proposta de Anteprojeto de Lei acerca



Em novembro de 2020, OAB/SE inaugurou Sala da Advocacia em Lagarto, no Centro-Sul do Estado

das prerrogativas da classe; a doação de terreno para construção da sede da Regional de Estância; o debate sobre inovações na Legislação do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD); a realização de testes rápidos de Covid-19; o outubro rosa; entre outras.

Em novembro, houve atividades relacionadas às Eleições Municipais 2020, com realização de plantão para defesa das prerrogativas de advogados e advogadas e sabatina com candidatos à Prefeitura de Aracaju; inauguração da Sala da Advocacia em Lagarto, na Região Centro-Sul de Sergipe, realização de testes rápidos para a advocacia, e muito mais.

E, em dezembro, foi lançado o selo personalizado em comemoração pelos 85 anos da OAB/SE; aprovação da proposta de política de cotas raciais para as eleições da entidade; aprovação da obrigatoriedade da paridade de gênero para eleições da OAB/SE; aprovação da manutenção do valor de anuidade de 2020 para 2021; entre outras ações.

Clarisse Ribeiro é empossada DESEMBARGADORA

Advogada assume a vaga de juíza titular do TRE/SE, em substituição à magistrada Sandra Câmara

POR LAUDICÉIA FERNANDES

Anova geração de juristas sergipanos tem uma representante como desembargadora no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE). Trata-se da advogada Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas, que, em 10 de dezembro do ano passado, foi nomeada para ocupar a vaga de juíza titular do órgão, em substituição à magistrada Sandra Regina Câmara Conceição. A jovem juíza, de apenas 37 anos, assumiu as funções desde o dia 17 daquele mês. “Como falei naquela oportunidade, alguns dias em nossas vidas são feitos para se eternizarem. Com certeza, não só o dia da nomeação, mas o dia da posse, são desses em minha vida”, afirma.

Clarisse Ribeiro explica que assumir essa função é extremamente importante, pois, ao longo de 15 anos de militância, aprendeu a entender a dor dos mais sofridos, quando se envolveu e se envolve, por dever e por vontade, nos momentos cruciais das vidas deles. “Ser escolhida para integrar o Tribunal Regional Eleitoral ao lado de grandes nomes do Judiciário sergipano, sendo eu, ainda jovem – embora não tanto –, mas extremamente consciente do papel da democracia para o desenvolvimento da sociedade, é a realização de um grande sonho profissional”, afirma.

A agora desembargadora nasceu em uma família que vive o Direito. Ela é filha dos advogados Socorro Ribeiro e Eduardo Ribeiro, um dos mais importantes do Estado, com quem divide o dia a dia profissional no escritório, e é neta de José Francisco da Rocha, o Dr. Rochinha, um ícone da advocacia no Estado. “O orgulho que sempre senti da caminhada profissional

deles foi o meu maior combustível e preparação para o trabalho, pois, desde cedo, eu tinha essa vontade de ser reconhecida profissionalmente de forma positiva como eles”, revela (leia mais sobre a carreira dela no boxe).

Clarisse Ribeiro ressalta a grande responsabilidade em assumir o cargo no Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Diante disso, afirma que atuará com a mesma seriedade, disposição, envolvimento e dignidade com que sempre conduziu – e continua conduzindo – as atividades na vida dela. “Sei que não será fácil. Já dizia Calamandrey que é mais fácil

FOTOS: ARQUIVO PESSOAL



Clarisse Ribeiro: “Ser escolhida para integrar o TRE/SE (...) é a realização de um grande sonho profissional”

pedir justiça do que distribuí-la. Por isso, tantos são os requisitos técnicos, morais, afetivos e emocionais que forjam um bom juiz. Mas eu me sinto pronta para esse desafio e eu sempre soube que seria assim”, admite.

Advogada de alma e profissão, Clarisse tem noção exata dos deveres enquanto juíza e se sente plenamente capaz de cumpri-los. Para justificar isso, ela cita Eduardo Couture: “Seu dever é lutar pelo direito, mas, se um dia encontras o direito em conflito com a justiça, luta pela justiça”. Assim, ela assegura, durante os próximos anos, será juíza no TRE/SE e, com os matizes da alma de advogada, saberá ser imparcial como deve ser.

A jovem magistrada faz uma análise sobre o Judiciário sergipano, do qual ela muito se orgulha. Salienta que, apesar de Sergipe ser o menor Estado da Federação, o Judiciário sergipano é, na opinião dela, gigante. “O Judiciário de Sergipe está sempre em posição de destaque, não somente em tecnologia, mas, também, no comprometimento com a celeridade e a firmeza em decidir a vida do seu povo”, avalia.



Uma das mais jovens juristas do Estado, Clarisse Ribeiro toma posse no TRE/SE como juíza titular



Com a família, Clarisse Ribeiro divide a alegria de uma grande conquista na carreira

Sobre Clarisse Ribeiro

Nascida em Aracaju, Clarisse Ribeiro é uma advogada atuante no Estado, sendo atualmente conselheira estadual da Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE). Formada pela Universidade Tiradentes (Unit) desde 2006, tem pós-graduação em Teorias do Estado e Direito Público pela Unit e em Direito Tributário pela Universidade Anhaguera (Uniderp)

Antes de ser nomeada desembargadora, Clarisse atuou de 2006 a 2015 como advogada no Escritório Eduardo Ribeiro Advocacia, como sócia responsável pela área de Direito Privado. Afastou-se do escritório por dois anos, para exercer a função de consultora-chefe da Consultoria Geral da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, na gestão do desembargador Luís Mendonça.

Em 2017, retornou às atividades no ER Advocacia, exercendo as mesmas funções, o que faz até os dias atuais. Detalhe: vale destacar que o cargo de jurista do TRE/SE a impede de atuar como advogada apenas na Justiça Eleitoral. Então, ela continua advogando normalmente nas outras áreas.



Fotos: Asscom/OAB/SE

OAB/SE celebra 85 anos com autoridades de todo o Brasil



No final de 2020, mais precisamente no dia 14 de dezembro, a Ordem dos Advogados do Brasil / Seccional Sergipe (OAB/SE) realizou uma Sessão Solene em comemoração pelos 85 anos de fundação da entidade. Autoridades de diversos locais do Brasil marcaram presença na solenidade, que ocorreu de forma híbrida, com participação presencial e virtual – esta através do YouTube. Na oportunidade, foram homenageados homens e mulheres que contribuíram para a história da OAB, dentre eles, Clóvis Barbosa, ex-presidente da OAB/SE.

Entre os participantes, estavam José Alberto Simonetti, secretário-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB), Cezar Britto, ex-presidente do CFOAB, Nivaldo Barbosa, presidente da OAB/AL. José Carlos Rizk, presidente da OAB/ES, Aldo Medeiros, presidente da OAB/RN, e Rafael de Assis, presidente da OAB/SC. Também prestigiaram a solenidade membros de comissões, conselheiros federais e seccionais, procuradores, representantes da sociedade civil, membros da magistratura, parlamentares, integrantes do Ministério Público, representantes de universidades, entre outros.







ASCOM/TCE/SE

Luiz Augusto Ribeiro:
“A ideia é atender
aos anseios da sociedade,
com respostas efetivas”

Tribunal de Contas de Sergipe define linhas de ação para 2021

Gastos com pessoal, educação e licitações são algumas das áreas que receberão mais atenção este ano

As atividades do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE) foram reiniciadas em fevereiro deste ano, após os períodos de recesso e férias coletivas. E os principais focos de fiscalização e controle já estão definidos: gastos com pessoal, saúde, educação, licitações e contratos de obras e serviços de engenharia. São estas as áreas, aliás, que receberão mais atenção nas auditorias programadas pelo TCE/SE em 2021 segundo o Plano Anual de Auditoria.

“As ações de fiscalização devem ser voltadas, sobretudo, a áreas que envolvem maior quantidade de recursos financeiros e atendem a objetivos mais relevantes para a sociedade, estando sujeitas a riscos mais elevados”, comenta o conselheiro-presidente Luiz Augusto Ribeiro. Ele acrescenta que serão considerados aspectos de risco, materialidade, relevância e oportunidade. “A ideia é atender aos anseios da sociedade, com respostas efetivas, de forma direcionada e planejada”, explica.

Vale destacar que a rápida adaptação à nova realidade provocada pela pandemia da Covid-19 mar-

cou a atuação do TCE/SE em 2020, primeiro ano sob a presidência do conselheiro Luiz Augusto Ribeiro. Com a necessidade de isolamento social, o órgão voltou os esforços para o teletrabalho e chegou a meados de dezembro com mais de 4 mil processos julgados nas mais de 100 sessões realizadas de forma remota, com cerca de 21 mil visualizações.

Nesta volta aos trabalhos em 2021, o Tribunal manteve a prioridade na atuação on-line, ainda que um percentual reduzido de servidores siga desenvolvendo as funções deles na sede do órgão. “Ao menos por agora, até o mês de março, manteremos o trabalho remoto, sem qualquer prejuízo às atividades de fiscalização e controle, inclusive com a realização de inspeções in loco quando necessário”, enfatiza o conselheiro-presidente.

Também através dos canais digitais, o Tribunal tem priorizado o atendimento ao público externo, enquanto o presencial, nas dependências da instituição, ocorre apenas quando precedido de agendamento junto às respectivas unidades de controle externo ou administrativas.

**SUA MELHOR OPÇÃO
NO ALMOÇO E JANTAR. É aqui!**



Av. Santos Dumont s/n
2 etapa da Orla de Atalaia
(79) 3243-4204

Economize tempo e dinheiro, ligue para a AutoLub que iremos até você!



CARRO, CAMINHÃO OU GERADOR



Faça Sua Revisão

79 9.9947-0054 / 3231-7375

Av. Pedro Paes Azevedo, 801, Salgado Filho - Aracaju/SE
contato@autolubse.com.br - www.autolubse.com.br



A sua troca de óleo especializada!

Troca de óleo de correia dentada,
freios e limpeza de bicos
Trabalhamos com suspensão em geral.



Av Desembargador Maynard, 1007 - Tel. 99691-0054

Debate sobre Casa da Mulher Brasileira em Sergipe é reiniciado

Representantes do Judiciário e dos governos federal e estadual se reuniram para discutir o andamento das ações para a implantação da entidade

A juíza Rosa Geane Nascimento, coordenadora da Mulher do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) se reuniu, no dia 17 de dezembro de 2020, com Dinah Sena, secretária nacional adjunta de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O objetivo do encontro foi discutir o andamento das ações para a implementação da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe, local que reunirá diversos serviços e instituições para atendimento à mulher vítima de violência doméstica e familiar.

“A doutora Rosa Geane é uma lutadora para a construção da Casa da Mulher em Sergipe. Algo que já estava praticamente garantido, mas a pandemia

que manterá a juíza informada sobre a nova data para a destinação das emendas para a construção da Casa da Mulher Brasileira no Estado.

Compromisso reafirmado

A magistrada informou à equipe da Secretaria de Políticas para as Mulheres que o número de feminicídios em Sergipe caiu, aproximadamente, 33% entre novembro de 2019 e novembro de 2020, mas que, ainda, é preocupante a quantidade mulheres e também de crianças em situação de vulnerabilidade social. Ainda durante a reunião, a juíza falou sobre ações e projetos que a Coordenadoria da Mulher desenvolve para combater a violência doméstica e



A secretária adjunta Dinah Sena e a juíza Rosa Geane Nascimento reafirmam compromisso para implantar a CMB em Sergipe

fez com que os recursos das emendas parlamentares fossem dirigidos para o combate ao coronavírus. Agora, esse trabalho de articulação está sendo reiniciado. Temos observado todo o empenho do Tribunal de Justiça e nós também reafirmamos o compromisso de caminharmos juntos”, ressaltou Dinah Sena. Apenas Sergipe e Alagoas ainda não possuem verbas para a Casa da Mulher Brasileira.

Durante a reunião, a juíza Rosa Geane chegou a conversar, por telefone, com o deputado federal Fábio Reis, líder da bancada sergipana no Congresso Nacional. Ele informou que o cadastramento das emendas não aconteceria mais no ano passado e

familiar no Estado.

“A reunião foi muito importante e produtiva, pois reafirmamos o compromisso do TJSE, da SNPM e do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e do Trabalho de Sergipe (Seias), com a implementação da Casa da Mulher Brasileira em Sergipe. Nesta reunião, tomamos conhecimento de que quase todos os Estados já destinaram emendas para a construção da CMB. O TJSE permanece firme em seu objetivo, e contamos com o apoio e a ajuda de todos os demais atores do Executivo e do Legislativo para a realização desse sonho coletivo”, enfatizou a magistrada.



ARAMIS
MENSWEAR

BRETTI

**RICARDO
ALMEIDA**

- 📍 Rua Dr. Osório de Arújo Ramos, 104
13 de julho | Aracaju - SE
- ☎ (79) 2107-2239
- 📞 (79) 9.8117-2377
- 📷 @espacolord

Uso de terno é sinônimo de elegância e discrição no universo jurídico

Aparência somada à boa postura no comportamento conta bastante na hora de se apresentar a um júri ou conquistar um cliente

POR LAUDICÉIA FERNANDES

No universo jurídico, o uso de paletó, calça social e gravata é obrigatório nas audiências em tribunais e fóruns. Faz parte do *dress code* (código de vestir, em tradução livre) de advogados, promotores, defensores públicos e magistrados, além dos assessores deles. A regra é se vestir com elegância, sobriedade e discrição. Especialmente no mundo atual, onde é preciso “vender” uma imagem positiva. E, se a primeira impressão é a que fica, como o diz o ditado, é preciso fazer isso da forma mais efetiva possível, para passar a melhor impressão para clientes, colegas de profissão e juízes.

Seja novato ou veterano na área do direito, é fundamental saber a importância de se vestir bem. Por exemplo: um advogado vestido adequadamente passa a ideia de organização, zelo

e cuidado, o que inspira confiança e passa credibilidade. Nesse sentido, a roupa “fala”. Assim, a aparência somada à boa postura no comportamento conta bastante na hora de se apresentar a um júri ou conquistar um cliente.

Antes de dar dicas sobre o uso dessa vestimenta, é necessário fazer algumas observações sobre nomenclaturas. O conjunto de duas peças composto por paletó e calça social é denominado costume. Já o terno – termo comumente adotado pelas pessoas hoje em dia –, na verdade, se refere a um conjunto de três peças: calça, paletó e colete, um clássico que simboliza o ápice da elegância para o homem moderno (leia box sobre a história do terno).

Bem, o *dress code* básico e tradicional de um advogado é composto por sapatos sociais, camisa social com cores sóbrias e um belo paletó

Dress code básico e tradicional: paletó escuro, camisa branca e sapatos sociais



Tendência na moda masculina atual, o azul é o novo preto quando se trata de ternos

escuro. Contudo, os tons, tipos de tecido e cortes passam diversas mensagens. Tradicionalmente, os escuros são nas cores preta, azul marinho e cinza escuro. A camisa, por sua vez, deve ser de uma cor mais clara – a branca é clássica – e uma gravata para dar contraste. Sem esquecer, é claro, de sapatos bem-engraxados.

Outra questão importante é quanto ao caimento do paletó. Isso porque o melhor terno é aquele que se molda ao seu corpo, acompanhando e realçando as curvas. Nada largo demais, sobrando demais ou faltando espaço demais. Os modelos *slim* são modernos e favorecem as pessoas que se sentem acima do peso. Para os mais moderninhos e estilosos, está em voga – de novo – o terno xadrez, conhecido como Príncipe de Gales. É uma opção ousada, mais voltada a um público mais jovem, para os que querem

chamar um pouco a atenção.

Azul é o novo preto

A tendência mais recente é apostar nos tons de azul. Quem aponta é Bruno Andrade, diretor comercial da Espaço Lord, loja que há cerca de 50 anos é referência em moda masculina em Sergipe, distribuída em cinco endereços – em Aracaju, no Bairro Treze de Julho e nos shoppings Riomar, Jardins e Aracaju Parque, e em Itabaiana, no Shopping Peixoto. “Temos de dez a 15 tons de azul – do azul mais escuro ao mais claro. É a grande tendência hoje. O azul, hoje, é o novo preto”, afirma Bruno.

Segundo Bruno Andrade, na Espaço Lord, 50% das vendas são para o segmento jurídico



Vale destacar que 50% das vendas na Espaço Lord são para o segmento jurídico. Assim, para atender a esse público, a Espaço Lord aposta em marcas de qualidade nacionalmente reconhecidas, como Aramis, Brett e Ricardo Almeida. Há, portanto, uma infinidade de opções, com preços que variam de R\$ 500 a R\$ 6 mil. Detalhe: em todas as lojas, há um alfaiate disponível para fazer os ajustes necessários.

O uso de terno em Sergipe esbarra, porém, em uma questão climática: o forte calor que faz na Região Nordeste. Por isso, algumas marcas apostam em tecidos específicos, com composições mais leves e, portanto, menos quentes. Bruno cita a lã fria, que, de acordo com ele, “se adapta” ao clima. “Se o clima é mais quente, deixa o corpo mais frio e vice-versa”, explica. Em compensação, ele destaca, por se tratar de um tecido mais nobre, requer muito mais cuidados, inclusive, com lavagem específica.

Outra opção de tecido é o PV, que mescla poliéster com viscose, o produto mais adequado para as cidades nordestinas na concepção de Bruno. Segundo ele, ternos feitos com esse tecido têm melhor custo-benefício e boa durabilidade. “A viscose dá sensação de frescor, de que o produto tem um toque mais “geladinho”, comenta.

A história do terno

O terno surgiu na França, no século XVIII. O rei Luís XIV já o usava. Era moda utilizar paletó, colete, camisa e calças feitos com diferentes tecidos, padrões e cores. Na verdade, o corte era largo, e o terno foi pensado como um vestuário de campo informal, conhecido como “roupa de descanso”.

Como essas roupas também eram utilizadas para andar a cavalo, os alfaiates faziam uma fenda atrás no paletó – origem das aberturas encontradas nos ternos atuais. Apenas em 1860, todos os componentes de um terno passaram a ser confeccionados com o mesmo tecido. Detalhe: a prática do terno e gravata foi importada dos Estados Unidos e da Europa, onde as condições climáticas locais exigem em grande parte do ano roupas pesadas que aqueçam o usuário.



por Clóvis Munaretto
Publisher da Revista Advogados



MADALENA SAIDVULGAÇÃO

Para dar um *up* no visual, a dica é The Beauty Lounge FS

Quer ficar ainda mais bonito? A sugestão é conhecer os serviços do The Beauty Lounge FS, especializado em beleza masculina e feminina. Capitaneado pelo expert Fábio Silva, o salão de beleza tem uma equipe altamente treinada, preparada pessoalmente por ele. Sempre atualizado com as principais tendências em *beauty hair* no Brasil e no mundo, Fábio Silva fez especializações na Espanha e em outros países da Europa. Vale muito a pena ir até lá e dar um *up* no visual.

Praça Getúlio Vargas, 62, Bairro São José, Aracaju-SE | (79) 3214-2693

Facebook: thebeautyloungefs | Instagram: thebeautyloungefs | E-mail: thebeautyloungefs2018@hotmail.com



DIVULGAÇÃO

A refrescância dos espumantes do Vinho & Ponto Aracaju

Vinho é bom em qualquer época do ano. No verão, são os espumantes os mais indicados por serem refrescantes. E entre a infinidade de produtos disponíveis no Vinho & Ponto Aracaju, minha dica para os amantes do vinho é o Champagne Cattier Rosé Glamour Brut. O espumante francês extraído de uvas Chardonnay, Pinot Meunier e Pinot Noir tem cor salmão brilhante, aroma de frutas vermelhas e notas frescas. No paladar, é vivo e extremamente refrescante. Bastante equilibrado, tem textura cremosa e final de boca frutado. Este da foto vem com uma linda caixa e custa R\$ 458,00. Experimente!

Avenida Anísio Azevedo, 331, Loja 4, Bairro Treze de Julho, Aracaju-SE | (79) 3019-6354 / 99894-8782

Facebook: Vinho & Ponto Aracaju | Instagram: vinhoeoponto_aracaju



DIVULGAÇÃO

A cobiçada e saborosa torta de frango da Casa da Baviera

Quando se fala em Casa da Baviera, duas delícias vêm logo à mente: as saborosas tortas doces, cheias de chocolate e coberturas diversas, e mais especificamente a cobiçada torta salgada de frango (foto). Superrecheada e com uma massa fininha e crocante, essa última iguaria já se tornou tradicional e – pode-se dizer – é o carro-chefe do restaurante. Além das tortas, há inúmeros outros produtos, como deliciosos pratos *a la carte* e salgadinhos e docinhos, cujas encomendas se multiplicam para abastecer as mais variadas festas no Estado.

Rua Arauá, 722, Bairro São José, Aracaju-SE | (79) 3211-8080

Facebook: Casa da Baviera | Instagram: casadabaviera

Passear e relaxar no Mercado Thales Ferraz é uma ótima pedida

Para quem mora ou visita Aracaju, um dos passeios indispensáveis é conhecer o complexo de mercados: Antônio Franco, Thales Ferraz e Gina Franco. Mas é no Mercado de Artesanato Thales Ferraz que o visitante encontra uma mistura de formas, cores, aromas, sabores e saberes. Nele, estão à venda belas peças em cerâmica, bordados, ervas e artigos diversos, como moringas, colheres de pau, cestos e chapéus de palha e muitos outros que retratam um pouco da cultura de Sergipe. Vale destacar, ainda, que, de acordo com a Revista Viagem, ele foi considerado um dos oito melhores mercados do Brasil na oferta de comidas típicas, que vão da pimenta aos queijos, da tapioca à castanha. É um ótimo lugar para passear e relaxar. Faça uma visitinha. Você não vai se arrepender.

Avenida Ivo do Prado, 534, Centro, Aracaju-SE

Facebook: Mercado Thales Ferraz | Instagram: Mercado Thales Ferraz



CLOVIS MINARETTO

Robson Nascimento/Divulgação



Torne seu casamento ainda mais especial

O casamento é um evento muito importante na vida de duas pessoas que se amam. Para tornar a celebração ainda mais especial, Ricardo Luz elabora discursos sob medida para esse momento único e inesquecível. Desse modo, o celebrante se responsabiliza por impactar profundamente o casal, que busca palavras e orientações sobre essa nova fase da vida. E ele o faz envolvendo não somente os noivos, mas, também, todos os que queiram colaborar e participar da atmosfera romântica da cerimônia. “A missão de celebrar é concedida a poucos, e o dom da palavra e da oratória tem que ser posto em prática”, afirma Ricardo.

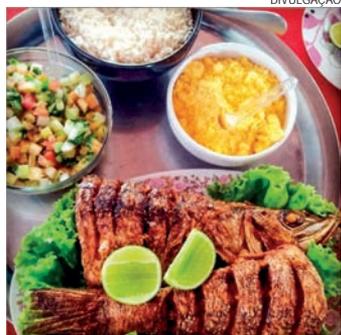
Praia do Forte-BA | (71) 99983-4190

DIVULGAÇÃO

Delícias do Porto do Dedé às margens do Rio Poxim

Localizado na Região Metropolitana de Aracaju, o município de São Cristóvão é conhecido pelos museus e casarios antigos, o que fomenta o turismo através do seu centro histórico. Porém, o que pouca gente sabe é que a cidade também possui uma ótima atração que envolve gastronomia e entretenimento: o Bar Restaurante Porto do Dedé. Recomendado para os amantes da culinária, ele oferece delícias como o peixe frito e o catado de aratu. O atendimento? Muito bom, segundo os frequentadores. E tem mais: como fica às margens do Rio Poxim, o turista pode se banhar ou, para quem dispõe de lancha ou jet-ski, dar um passeio pelas águas tranquilas do rio. É, sem dúvida, um paraíso de tranquilidade e sabor. Funciona de sexta-feira a domingo e nos feriados, das 9h às 17h.

Povoado Pedreiras, São Cristóvão-SE | (79) 99995-5360
Facebook: Bar Restaurante Porto do Dedé | Instagram: portododede



Sinval Palmeira,

O ADVOGADO DO PCB

POR GILFRANCISCO SANTOS [*]

Fotos: Reprodução



O simão-diense Sinval Palmeira foi jornalista e advogado

Comecei a recolher os artigos de Sinval Palmeira publicados na imprensa sergipana a partir de 1933, quando ele deu início à trajetória de jornalista, estendendo-se até 1935, em diversos jornais da província: Diário da Tarde, Correio de Aracaju, A República, O Estado de Sergipe, Folha Popular, Almanack de Sergipe. Pretendia com todo esse material organizar um livro para mostrar aos novos estudiosos sergipanos parte da crítica literária produzida pelo jovem acadêmico simão-diense.

Nascido em 18 de novembro de 1913, no município de Simão Dias, no Interior de Sergipe, ele era filho de Josepha Ribeiro Vieira e de Odilon Palmeira Vieira. O casal teve mais três filhos: Esther Vieira Nogueira, Maria Helena Palmeira Bauchwitz e Maria de Lourdes Palmeira, que faleceu aos 19 anos.

Muito jovem, Sinval foi estudar fora de Sergipe, matriculando-se na Faculdade de Direito da Bahia, tendo concluído o curso de Direito em 1935. Ali, conheceu a colega Maria de Lourdes Borges, com quem veio a se casar e ter três filhos: Fred, Vera e Betes. Maria de Lurdes revela que, no início, não

se interessou em trabalhar no escritório com Sinval. Por um motivo muito simples, ela explica: “Quando eu entrei na faculdade, senti que não tinha vocação. Estudei Direito, porque meu pai tinha vontade de ter um filho advogado. Quando conheci Sinval, eu pensei: “Pronto! Este vai ser o filho formado em Direito que meu pai precisa”. Meu marido era um líder, um homem brilhante e muito culto”, recorda.

Membro da maçonaria, Sinval atuou como advogado provisionado da 2ª Comarca, com sede em Propriá, onde foi orador oficial da Sociedade Recreativa 24 de Outubro. Chegou a ocupar também a função de

promotor público e procurador do Estado. Era constantemente solicitado para proferir palestras sobre variados temas.

O defensor

Após conclusão do curso de Direito, Sinval se transferiu para o Rio de Janeiro, onde exerceu a advocacia em escritório próprio e passou no concurso do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Ali, exerceu a função de procurador, sendo demitido em decorrência do golpe civil e militar de 1964.

Entre 1936 e 1982, ele desempenhou atividades

profissionais como advogado, defendendo operários, presos políticos e sindicalistas oprimidos pelos governos ditatoriais, sem receber qualquer remuneração. Defendeu muitos perseguidos políticos famosos, como Carlos Prestes e outros ligados ao Partido Comunista, e passou a figurar entre os membros do Conselho da Associação Internacional de Juristas Democráticos.

Foi eleito deputado estadual, em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST), com 8.938 votos, pelo antigo Estado da Guanabara – hoje, Rio de Janeiro –, cujo mandato foi cassado dois anos depois. Em 1986, candidatou-se ao governo do Rio pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

O militante Sinval Palmeira, incansável defensor das questões comunistas, em 1954, requereu, junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a revisão da decisão que cassou o registro do Partido Comunista no governo do presidente Dutra. Defendendo os interesses comunistas, Sinval mostrou, em primeiro lugar, mais uma vez, como os comunistas olham a sua existência legal do quadro dos partidos como algo grandemente vantajoso.

Em 1989, quando Sinval e Maria de Lurdes completaram 50 anos de união, os familiares prestaram uma homenagem a ele, realizando uma festa das bodas de ouro. O resultado foi a produção de um vídeo pela Aurora Cinematográfica de, aproximadamente, 6 minutos, com imagens da festa e do final da campanha para governador em 1986. Sete anos depois disso, em 26 de março de 1993, Sinval Palmeira faleceu. Tinha 80 anos. O corpo dele foi sepultado no piso da Capelinha de Santo Antônio da Fazenda Cabana da Ponte.

Quando o coronel João Borges da Rocha Neto, sogro dele, faleceu em 1968, Sinval Palmeira assumiu a administração da empresa Cabana da Ponte Agropecuária Ltda., localizada no Sudeste da Bahia, na cidade de Iitororó. A partir de 1973, Sinval, incorporando todo o patrimônio construído pelo coronel, introduziu muitas inovações, como a Central de Inseminação Artificial, com sêmen de touros de ato nível, e se tornou um expert na criação de gado.

Inclusive, em 1979, ele esteve em Aracaju participando do 1º Encontro de Médicos Veterinários do Nordeste, realizado pela Somevesa. À época em que já se dedicava às atividades agrícolas, ele passou totalmente despercebido dos repórteres.

[*] Gilfrancisco é jornalista e professor.
gilfrancisco.santos@gmail.com



Sinval se formou na Faculdade de Direito da Bahia em 1935



Sinval e Antônio Carlos Magalhães na Cabana da Ponte



Sinval Palmeira no 1º Encontro de Veterinários do Nordeste, em Aracaju



Desenvolvimentismo, protecionismo e os ventos da esperança

A urbanização de regiões com potencialidades naturais e turísticas é tema que se insere no recorrente debate desenvolvimentista/protecionista, frequentemente transportado para o âmbito judicial. Adote-se como exemplo a situação jurídica que, há alguns anos, afeta a Praia do Saco, localizada no município de Estância, no litoral sul de Sergipe, e considerada uma das mais belas do mundo pela revista francesa “Grands Voyageurs”.

Alicerçados na firme crença de que os ventos da esperança nunca deixarão de soprar, os moradores, veranistas, comerciantes, frequentadores e amantes da região nutrem a expectativa de que esse local paradisíaco reencontre a bonança, alcançando o desenvolvimento sustentável com a cadeia econômica já existente e com o incremento da atividade turística.

Assim como em outras localidades do País, a controvérsia que envolve a região decorre da multiplicidade de argumentos jurídicos com que se pode mirar a situação, razão pela qual não se deve fomentar qualquer tipo de maniqueísmo, sobretudo no âmbito judicial, onde o tema já se encontra. No sistema jurídico-processual vigente, sabe-se, é assim que dialeticamente funciona: tese, antítese e síntese, da qual surge uma nova tese e por aí se sucede, como na própria vida.

O fato é que, nos processos judiciais que hoje abrangem a Praia do Saco, a tese encontra-se posta pelos órgãos legitimados a fiscalizar a ordem jurídica. Por outro lado, é também legítimo que surjam argumentos por parte dos prejudicados, dos interessados e da sociedade: a boa-fé dos proprietários, a maioria com imóveis existentes há décadas e com os tributos devidamente recolhidos; as transformações geográficas e hidrográficas sofridas pela região ao longo dos últimos anos; a ausência de dolo; a necessidade de proposição de alternativas para a convivência homem-natureza sem a necessidade de medidas abruptas, dentre tantos outros argumentos.

Tendo características próprias, em determinadas demandas, a tese supera a antítese, o que gera deses-

perança coletiva. Em outras, o argumento contrário se sobrepõe, como recentemente ocorrido em relação a um dos mais antigos e conhecidos comerciantes da região, com o reconhecimento judicial da impossibilidade de se afirmar que cometera qualquer crime ambiental em sua propriedade.

O que se deve perseguir nesta relação entre a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da região (que gera a paz social) é o ponto de equilíbrio, que, no mundo jurídico, tem nome e sobrenome: o princípio da proporcionalidade, o qual, embora tecnicamente distinto, anda de mãos dadas com o princípio da razoabilidade. E é esta a recomendação da proporcionalidade – que deve ser aplicada tanto para o viés protecionista como desenvolvimentista – através das suas máximas da adequação e da necessidade: encontrar meios menos gravosos para os mesmos fins.

Em verdade, para além dos veranistas, são verdadeiramente os moradores, nativos e comerciantes da região que sofrem com o prolongamento da situação. Sendo este, portanto, um tema social, a missão é coletiva. As entidades associativas, neste sentido, têm colaborado para a resolução da demanda, interagindo permanentemente com os órgãos governamentais, que, saliente-se, possuem papel fundamental por deterem os instrumentos administrativos e judiciais de que os particulares não dispõem.

O objetivo em temas dessa natureza, reitera-se, deve ser encontrar uma solução juridicamente proporcional sob ambos os prismas, para que o almejado desenvolvimento sustentável seja alcançado. Com preconceitos extirpados e o embate jurídico tornado mais propositivo, o desfecho pode estar ao alcance, resgatando a paz social e preservando a natureza, interesse de todos. Os ventos da esperança, por mais tormentosos que pareçam, nunca deixarão de soprar.

[*] Carlos Pinna Junior é advogado, mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) e especialista em Direito Público pela Universidade Tiradentes (Unit).

Clube de Tiro Pinheiro

Filie-se ao melhor clube de tiro do estado

Oferecemos serviços de despachante para:

- Aquisição de Arma de Fogo com registro na Polícia Federal (Posse);
- Solicitação de Porte;
- Concessão Certificado de Registro de Atirador Esportivo;

Cursos de Tiro básico, defensivo, avançado, de Instrutor de Armamento e Tiro, Armeiro.

Descontos de até 25% para conveniados.

APESE
ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES
DO ESTADO DE SERGIPE

AB
SERGIPE

CAASE

*Consultar condições e serviços.

 (79) 98124-3533

 clubedetiropinheiro



Avenida São João Batista
Conjunto Castelo Branco
Aracaju - SE

Tel: 79 9.8108-1230



Aqui você encontra um cardápio de variados petiscos. Servimos almoço e jantar. Aceitamos todas as formas de pagamento. Tudo isso com um atendimento especial para você. Aqui é o ambiente ideal para o lazer com a sua família e amigos. Funcionamos de quarta a sábado das 10h às 0h e aos domingos das 10h às 20h. Venha para o melhor point da cidade.





Diego da Costa [**]

O administrador estoico [*]

O texto a seguir foi a leitura estoica que fiz neste momento:

“Ó, mortais, aonde ides com tanta pressa? O que vos atormenta? Por que ides nesta e naquela direção, desgostosos, como homens cegos? Andais pelo caminho errado e vos esqueceis do que é certo. Buscai a prosperidade e a felicidade no lugar errado, onde não se encontram; e não credes naqueles que vos mostra onde de fato estão. Por que procurais em coisas exteriores? Pois não estão no corpo (...) nem na riqueza: se não credes em mim, vede Creso, contemplai a riqueza da era hodierna, o quão cheia de lamentação é a vida. A felicidade não reside no poder; do contrário, todos aqueles que foram cônsules duas ou três vezes seriam felizes, mas não o são.” (Epiteto, Discursos, 3.22.2).

Como ser um profissional estoico? A partir desse texto do filósofo, escravo e grego, Epiteto, nota-se claramente a necessidade de mudança comportamental no modo de encarar a vida profissional e pessoal. Como estão os seus estados emocionais? O que está acontecendo hoje na sua carreira? Como você cuida da sua saúde? Seus relacionamentos são proveitosos ou apenas em uma “única mão”? Qual o momento que você busca a conexão com Deus, com o Criador, com Algo Maior? Percebe que, na maioria das vezes, estamos correndo atrás de algo, com um ritmo tão acelerado, e não sabemos o que realmente é. Quantas pessoas não estão doentes hoje por não dedicarem um tempo para cuidar delas mesmas? Você, eu, todos nós estamos colhendo hoje o que plantamos no passado.

O estoicismo é uma filosofia excelente e uma base forte para entender que não controlamos tudo e nem todos. Controlamos nossas emoções, nossos sentimentos, o que escutamos, o que aceitamos como verdade. Simples assim. Você conhece a oração da serenidade? A oração estoica? Leia:

“Concedei-me, Senhor, a serenidade necessária para aceitar as coisas que eu não posso modificar, coragem para modificar as que eu posso e sabedoria para distinguir umas das outras.”

É isso. Os profissionais de Administração, os administradores, os técnicos, os tecnólogos, os mestres e os doutores, todos necessitam desenvolver sentidos estoicos para melhorar seu desempenho pessoal e profissional. Gostaria de apresentar, neste texto, três palavras que a filosofia estoica trabalha bem demais. A primeira é a ataraxia, nada mais do que a capacidade de estar e se manter “sereno” no meio do “caos”, entendendo a oração da serenidade colocada acima. A segunda é prosoche, exercitar a atenção plena. Na atualidade, estamos com uma sociedade conectada demais com seus celulares, tablets e computadores, perdendo foco e mudando a atenção todos os dias. A terceira palavra é aphateia, que significa paixão. Gosto de usar a palavra amor para expressar o que sinto com relação ao meu trabalho. Só que a filosofia estoica traz a aphateia para o foco do que é preciso sentir para ter uma carreira de sucesso e resultados financeiros incríveis.

Por fim, vale registrar que o estoicismo é uma filosofia positiva e apresenta bons resultados para o ser que coloca em prática este pensamento, esta visão, este sentimento com o objetivo de resolver, e somente resolver, o que está ao controle de cada um. Torne-se um administrador estoico, seja um profissional estoico e entenda que a filosofia, que pode ser definida como o amor pelo conhecimento, foi e é a base da construção de todo conhecimento humano. É bom demais estudar a filosofia estoica. Leia mais sobre.

[*] Este texto está publicado no livro “Administração em Pauta”, página 39, do autor administrador Diego da Costa.

[**] Diego da Costa é profissional de Administração, especialista em Marketing, MBA em Gerenciamento de Projetos, diretor técnico do SergipeTec e diretor da Câmara de Comunicação e Marketing (CCM) do Conselho Federal de Administração (CFA).

Mais **fácil** e **rápido** para o proprietário alugar



Seu Imóvel alugado mais rápido



Sem Burocracia



Sem Fiador



Sem Caução



Facilitamos para o inquilino, facilitamos para o proprietário

CRED PRIME
CRÉDITO FÁCIL, COMO DEVE SER!

Se você é proprietário e deseja **vender** seu imóvel com rapidez, fale agora com a Valor.



Para **comprar** um imóvel, consulte as diversas opções que temos para te atender.

Lívia Sampaio
Embaixadora Valor Imobiliária



VALOR
CENTRO DE SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

CRECI RJ/251

9 9850 - 5222
3226 - 4222

Av. Augusto Maynard 163, Bairro São José

Valorize serviços de qualidade nos cuidados com seu carro



Posto Praia Car, com mais de 25 anos de expertise no setor de lavagem automotiva, se renova e oferece esse e muitos outros serviços

“A imagem é tudo no mundo atual”. A frase se encaixa bem no universo corporativo, onde a maneira como as pessoas se apresentam é ponto relevante para atrair clientes. Assim, a depender da profissão, a imagem é o cartão de visitas. Nesse contexto, o automóvel, como um instrumento para o trabalho, deve ser visto como a extensão de um profissional. Dito isso, nada mais eloquente do que afirmar que um veículo limpo e bem-cuidado é o reflexo do proprietário.

É embasado nesta concepção que o Posto Praia Car, com a expertise de mais de 25 anos, elevou o conceito de lavagem automotiva em Sergipe. “Um advogado bem-sucedido tem que estar com um carro com aparência bonita, mas, também, limpo. O profissional não pode passar uma imagem de desorganização para o cliente”, afirma Sandro Figueiredo, proprietário do Posto Praia Car. E ele complementa: “Além disso, é uma forma de preservar o patrimônio, mantendo o carro em ótimo estado e, conseqüentemente, valorizando-o”.

Hoje, o Posto agrega diversos outros serviços, como troca de óleo, aplicação de revestimento fumê, pintura automotiva e recuperação de para-choque. Agora partindo para uma nova loja, também se renova, reforçando a confiança e a credibilidade conquistadas em tantos anos de atuação. Localizada na mesma rua, a empresa fica em uma área de quase 3 mil quadrados, com instalações modernas, onde há um novo escritório, dique,

elevadores e uma confortável sala de espera para os clientes, além de uma lanchonete.

Qualidade e segurança

Os clientes do Posto Praia Car, localizado em uma região nobre de Aracaju, são advogados, médicos, empresários, magistrados, como juízes e desembargadores, entre outros profissionais, que não abrem mão de ter seus sofisticados veículos – inúmeros de alto padrão –, sempre impecáveis. Há dias, por exemplo, em que o Posto abriga um patrimônio de R\$ 1,5 milhão, somando-se os valores dos veículos.

Ressalte que a excelente qualidade dos serviços e do atendimento, além da equipe altamente treinada, formada atualmente por oito colaboradores, são os diferenciais do Posto Praia Car. Detalhe: Sandro Figueiredo atende pessoalmente os clientes, quando, muitas vezes, atua como manobrista e faz o checklist na entrada, a fim de conferir todos os objetos constantes no veículo.

“Já atendi um cliente que ia casar em Paris [França] e trouxe dentro do carro os euros, os passaportes dele e da mulher... A gente tem que ter um cuidado muito grande com um patrimônio desse”, revela. Tal medida denota transparência e garante segurança, o que fortalece e consolida ainda mais o relacionamento, aumentando a confiança e a credibilidade.



ARQUIVO PESSOAL

Sandro Figueiredo: “É uma forma de preservar o patrimônio, mantendo o carro em ótimo estado”



📍 Rua Dr. Osório de Araújo Ramos, nº 50
Bairro Treze de Julho, Aracaju-SE
(Em frente à biblioteca)

☎️ (79) 99977-0001

🕒 Horário: das 7h às 17h, ininterruptamente, de segunda a sexta. Aos sábados, das 7h às 13h.

📱 @postopraiacar_



Venha conhecer as nossas delícias!

SALGADOS • TORTAS • DOCINHOS
SOBREMESAS • BEBIDAS • SORVETES

Servimos almoço!

NOSSAS LOJAS:

Rua Arauá, 722 - São José

☎ 79 3211.8080

Rua Laranjeiras, 307 - Centro

☎ 79 98856.8242

Rua São Cristóvão, 197 - Centro

☎ 79 3214.2241

Rua Apulcro Mota, 549 - Centro

☎ 79 3214.1310

  casadabaviera

www.casadabavieraaju.com.br

STARK VOLVO, 1º LUGAR EM SERGIPE NO SEGMENTO PREMIUM EM 2020.



UMA VITÓRIA COM SEGURANÇA,
ASSIM COMO OS NOSSOS VEÍCULOS.

| | |
|---|---------------|
| VOLVO CARS  | 46,56% |
| MARCA A  | 29,90% |
| MARCA B  | 23,52% |

Fonte: Fenabrav

**# É PREMIUM
É HYBRID ⚡
É VOLVO**



Perceba o risco, proteja a vida.



STARK

Av. Tancredo Neves, 3960B. Ponto Novo. Aracaju-SE
Telefone: (79) 3234-8700 | vendas@starkvolvo.com